

Reforma política é golpe antidemocrático



O presidente do PCdoB, João Amazonas, durante a reunião do Comitê Central

PCdoB analisa desafios de 2001 e prepara Congresso

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil debateu a situação política do país após as eleições municipais e os desafios colocados para o movimento popular, democrático e

nacional. Os comunistas discutiram ainda as condições para participar das administrações municipais onde foram vitoriosas as coligações opositoras e deliberaram preparar a realiza-

ção do X Congresso do PCdoB. Leia a intervenção do vice-presidente do PCdoB, Renato Rabelo, e as resoluções da 11ª reunião do Comitê Central nas páginas 4 e 5

Livro apresenta documentos do Partido

O presidente do PCdoB, João Amazonas, proferiu palestra no lançamento do livro *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro*, em São Paulo, onde afirmou que em nosso meio, num passado nem tão distante, predominou lamentavelmente uma tendência de se discutir e aprovar um documento para depois colocá-lo na gaveta. Este livro traduz a trajetória que o Partido empreendeu desde 1960 até aqui. Nosso Partido tem quase 80 anos. Fundado em 25 de março de 1922, está em permanente formação e luta para se colocar à altura das exigências das situações que se apresentam. As questões teóricas e ideológicas jogam papel essencial.

A palestra de João Amazonas está na página 12



Hotel Copacabana, destaque da indústria do turismo de Cuba

Vitalidade da economia cubana

Cercada, vítima de um bloqueio irracional, sem ajuda de organismos internacionais, Cuba apresenta a mais alta taxa de crescimento econômico do Continente. No último quinquênio a economia cubana cresceu a uma média anual de 4,4%, de longe a mais alta da América Latina. Neste ano, mesmo com o brutal aumento do preço mundial do petróleo, o crescimento do PIB no

primeiro semestre atingiu a taxa recorde de 7,7%. A indústria açucareira cresceu 18%; a produção de hortaliças 42% e a de tubérculos 25%; o turismo 6%. A expansão no setor de petróleo é particularmente dinâmica.

Os "milagres" cubanos não caíram do céu; foi o povo que os tornou possíveis.

Leia o artigo de Miguel Urbano Rodrigues na página 9

O governo de Fernando Henrique Cardoso e as cúpulas dos partidos que lhe dão sustentação reagiram à derrota que sofreram nas recentes eleições municipais colocando na agenda nacional o tema da reforma política. Diante da insofismável evidência de que as oposições avançam e criam-se condições para infligir derrota ainda mais significativa aos que hoje monopolizam o poder político no país, surge uma avalanche de falsos argumentos contrários ao pluripartidarismo, ao voto proporcional e ao direito de os partidos afins realizarem coligações para as eleições proporcionais.

Na verdade, a reforma política idealizada pelas cúpulas dos partidos governistas constitui um golpe no já precário sistema democrático vigente no país. As medidas propostas pelo governo e seus aliados – como a antecipação para já de uma arbitrária e excludente cláusula de barreira, a proibição de coligações em eleições proporcionais, o voto distrital puro ou distrital misto e a chamada fidelidade partidária concebida como camisa de força para impedir artificialmente dissidências na base governista – ferem o princípio constitucional da liberdade de organização partidária, adulteram o sistema representativo, impedem o desenvolvimento de forças eventualmente minoritárias e distanciam ainda mais o representante do eleitor. Ao pretender vedar o acesso dos chamados pequenos partidos à propaganda gratuita em rádio e televisão e ao fundo partidário e proibir que os partidos decidam livremente sobre a realização ou não de coligações proporcionais, os proponentes da reforma política querem na verdade transformar o acesso de correntes políticas ao Congresso Nacional num direito privativo de poucos e tornar a vida parlamentar e institucional um condomínio de alguns poucos partidos.

O Partido Comunista do Brasil considera que o sistema político brasileiro contém sérias deformações. Na essência é antidemocrático, porquanto os critérios vigentes de distribuição do tempo de rádio e televisão e o quociente eleitoral beneficiam os grandes partidos. Além disso, são flagrantes as distorções provocadas pela influência do poder econômico, dos grandes meios de comunicação e dos institutos de pesquisa nos resultados eleitorais. Uma reforma desse sistema, porém, para ser efetivamente democrática, só poderá ser feita nos marcos de uma situação política distinta da atual, marcada pela democratização profunda do Estado brasileiro. Uma reforma des-

se tipo exige um debate livre que envolva toda a sociedade, recolha a opinião de todas as formações políticas e organizações cívicas.

A reforma política pretendida no momento é ilegítima e antidemocrática, pelos vícios de origem e pelo inconfessável propósito de marginalizar da vida institucional correntes políticas que lutam inconciliavelmente contra o neoliberalismo e o regime retrógrado das classes dominantes. Tal reforma entra na agenda política porque o neoliberalismo é avesso à democracia e ao crescimento das forças de esquerda. Corresponde a uma exigência do imperialismo, do capital financeiro internacional, cujo domínio requer a estabilidade no poder das forças favoráveis e dóceis à sua orientação. As idéias que a inspiram nada têm de original. Em geral são importadas de modelos estrangeiros. O plano neoliberal de liquidar a soberania nacional e atacar os direitos dos trabalhadores não terá êxito se o povo estiver vigilante e mobilizado, se os partidos populares tiverem espaço para apregoar e implementar políticas alternativas. Por isso, as forças do neoliberalismo clamam por medidas antidemocráticas como as constantes da anunciada reforma política.

É nesse contexto que se pretende impor tal reforma na base do rolo compressor, desconhecendo o ritmo normal de funcionamento das casas legislativas. Cumpre aos partidos opositoras lutar no âmbito do Congresso Nacional para a constituição de uma comissão especial com a finalidade de discutir todos os projetos de lei que tratam do tema "reforma política". Não há por que destacar como prioritários apenas os projetos de lei que interessam às forças governistas.

Combater a reforma política proposta pelo governo e as cúpulas dos partidos de sua base de sustentação é indispensável para o avanço da luta em defesa da soberania brasileira, da democracia e dos direitos sociais dos trabalhadores.

São Paulo, novembro de 2000
Comitê Central do Partido Comunista do Brasil



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

PCdoB



Sérgio Miranda: governo não cumpre a Constituição

Governo contraria Responsabilidade Fiscal

Interpretada com rigor, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) poderia ser aplicada contra o governo federal já no projeto de lei orçamentária para 2001, ocasionando inclusive a cassação do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, advertiu o deputado Sérgio Miranda (PCdoB/MG) em audiência na Comissão Mista do Orçamento para ouvir o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares.

De acordo com o parlamentar comunista, o Executivo planejou operações de crédito em montante superior às despesas de capital, o que é vedado pela lei. Apesar de o governo ter percebido o erro a tempo e enviado ofício do Ministério do Planejamento solicitando alterações para não contrariar a legislação, Miranda argumentou que a Constituição determina o envio de alterações por meio de uma Mensagem Presidencial enquanto o projeto não estiver em votação.

Para ele, "o que vale para a prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, vale para o presidente da República e, a rigor, poderíamos aplicar a lei como ela será aplicada aos prefeitos", referindo-se à negativa do governo federal de renegociar as dívidas dos municípios com base na Lei de Responsabilidade Fiscal. O ministro do Planejamento explicou que acreditava ter sido suficiente o ofício enviado pelo

ministério, mas garantiu que, se for exigida uma mensagem do presidente, ela será providenciada. Quanto à outra questão levantada pelo deputado, sobre o pagamento dos 11,98% de reajuste salarial concedidos aos funcionários dos tribunais superiores, Tavares argumentou que o acórdão final do STF não foi ainda publicado e o governo discorda da concessão do índice aos servidores que não pertenciam aos quadros até 1994, por isso não equacionou melhor o problema.

Sérgio Miranda apontou ainda a presença de recursos constantes da reversa de contingência, destinados a despesas que não são riscos ou passivos imprevistos, como outro descumprimento da LRF no projeto de lei orçamentária para 2001. "São mais de R\$ 2,9 bilhões, parte dos quais vinculados a sentenças judiciais", observou.

Segundo o ministro Martus Tavares, esses recursos constam da reserva de contingência porque se originam de superávits financeiros de órgãos como a Susep (Superintendência de Seguros Privados) e CVM (Comissão de Valores Mobiliários), que não podem ser aplicados em outras finalidades. "Como o Congresso Nacional não aceitou que esses recursos fossem aplicados em títulos do governo e eles não podem ser alocados para outras despesas, adotou-se esse procedimento, que não contraria a lei", ponderou.

Vanessa Grazziotin apóia CPI dos institutos de pesquisa

A deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) defendeu a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito dos institutos de pesquisa e também mudanças na lei eleitoral, por entender que a população está sendo objeto de manipulação, como, a seu ver, aconteceu em grande parte das cidades brasileiras. Em Manaus, por exemplo, a deputada registrou a divulgação de pesquisa, na véspera da eleição, onde o Ibope apontava uma vantagem de 10 pontos percentuais do candidato da situação em relação ao da oposição, quando todas as outras divulgavam empate técnico.



Vanessa: institutos sob suspeita

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 - SP), Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL), Edvar Bonotto e Luciano Pereira de Menezes (arquivo). Editoração Eletrônica: Marco Black. Administração: Francyroze de Andrade Matarazzo.

Publicação mensal da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP 01318-020 - Fone: 0 11 3106 0412.

PCdoB na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - Correio eletrônico: classeop@ruralsp.com.br

Mens@gens

José: Temos alguns militantes e estudantes que gostariam de ter informações sobre o Partido.

Roberto: Gostaria de saber o que tenho de fazer para me tornar membro do PCdoB. Não poderia esquecer de parabenizar o Partido pelo seu excelente desempenho nas eleições municipais 2000.

Celene: Seria de muito boa aceitação se existisse um boletim diário ou até semanal dos nossos parlamentares no Congresso Nacional.

Sarah: Solicito aos senhores algumas informações sobre o Partido para um trabalho de escola.

Felipe: Gostaria de receber mais informações do Partido via correio eletrônico ou carta.

Rosana: Estou fazendo uma pesquisa à respeito de quando o comunismo chegou ao Rio de Janeiro e quem o trouxe.

Ivan: Gostaria de receber **A Classe Operária** constantemente.

Marlos: Gosto muito das atividades comunistas e tenho como ídolo Che Guevara.

Alexandre: Enviem-me a tradução em língua portuguesa da Internacional Comunista e mandem mais informações sobre como comprar o livro do João Amazonas.

Gean: Gostaria de receber maiores informações sobre a filosofia do Partido, objetivos e as conquistas já obtidas em nível nacional.

Nielson: Gostaria de saber o nome e uma forma de entrar em contacto com o deputado federal comunista que tem um projeto contra os estrangeirismos na língua portuguesa.

Eulávio: Sempre convicto dos meus ideais, agradeço a todos que tem coragem.

Gustavo: Gostaria urgentemente de me filiar ao PCdoB!

Cássia: Gostaria que me enviassem a relação dos fundadores do Partido.

Alfredo: Parabéns Luciana! Olinda ficará mais linda!

Gildázio, Douglas, Vermelho, Paulo: Queremos parabenizar a prefeita eleita Luciana, de Olinda/PE, pela grande vitória. Parabenizamos também o amada Inácio Arruda pela quantidade expressiva de votos e todos os vereadores que foram eleitos pelo PCdoB.

Fábio: Quero muito me filiar ao Partido. Tenho muitas idéias. Precisamos discutí-las.

Daniel: Gostaria de receber informações por correio eletrônico.

Eduardo: Sou um velho militante do partido, que hoje vive há muitos anos no exterior. Ainda sou fiel aos meus ideais socialistas.

Lisandro: Gostaria de receber via correio eletrônico Leia e Repasse e orientações para o dia-a-dia

Samuel: A política praticada pelos governantes brasileiros está nos condu-

zindo a um beco sem saída. Solicito informações quanto à possibilidade de abertura de um diretório do PCdoB em nossa cidade.

Michael: Queria saber como posso me filiar ao Partido Comunista.

Ester: O página do Partido é ótima! Gostaria que me mandassem uma mensagem eletrônica dizendo quais são as principais características do PCdoB.

Hosanan: Tenho acompanhado à distância o trabalho do PCdoB em prol da democracia no nosso país e li algo sobre sua atuação no Araguaia contra a ditadura no passado recente de nossa história e isso aumenta minha admiração por essa agremiação.

Frederico: Gostaria de parabenizar o Partido pela linda página na Internet. Minha única sugestão é que a página seja atualizada com mais frequência e que contenha entrevistas etc.

Beto: Espero que o PCdoB continue sua luta e não seja extinto pela reforma partidária, pois é um partido muito importante para o país.

Ricardo: Necessito de informações sobre as relações do PCdoB com a UNE e outras entidades estudantis.

Lenir: Gostaria de receber algum artigo, material e até posição do Partido em relação ao ensino a distancia ou semi presencial

Everson: Sou simpatizante do Partido e quero entrar para unir-se ao partido na luta contra esse governo que ai está. Gostaria muito de receber materiais pela Internet falando sobre política e do Partido em si.

Felipe: Queria saber se precisa pagar alguma coisa ou ter idade mínima para fazer parte do Partido

Marcelo: A página do Partido está de bom nível, mas ainda pode melhorar muito. A crítica que faço é na demora nas atualizações.

Luís: Torci demais pela eleição do companheiro Inácio Arruda para a prefeitura de Fortaleza. Fizemos nossa parte.

Junior: A luta das esquerdas esta crescendo. Acredito na força da oposição para combater o descaso com a nossa nação.

Cristiano: Estou fazendo um trabalho sobre eleições e venho através desta solicitar a colaboração do PCdoB.

Edmar: Gostei muito do artigo "Ampliar as forças para garantir a vitória oposicionista em 2002" e gostaria de sempre estar recebendo mensagens de vocês.

Marquinho: Gostaria de parabenizar o Partido pelo bom desempenho nas eleições. Gostaria de receber algum material de estudo a respeito da China.

Emanuela: Estou iniciando uma pesquisa sobre a transição do jornal impresso para o jornal na Internet. Meu objeto de estudo principal será **A Classe Operária**.

Através de seu endereço eletrônico (classeop@ruralsp.com.br; <http://www.pcdob.org.br>) e de cartas à redação (rua Adoniran Barbosa, 53, São Paulo, SP, CEP 01318-020), A Classe recebe diariamente uma série de mensagens, das quais algumas são respondidas aos seus remetentes. A Fundação Municipal de Documentação e Memórias são respondidas aos seus remetentes. Enviadas com o endereço eletrônico, os autores passam a receber materiais e opiniões do Partido, via correio eletrônico.

NACIONAL

A lama sobe a rampa

LUIZ CARLOS ANTERO

A trégua do período eleitoral não foi generosa para Fernando Henrique Cardoso. As recentes denúncias acerca do Caixa 2 de suas campanhas eleitorais e sobre a espionagem do sistema policial da ABIN repercutem profundamente na sociedade e no Congresso Nacional. Um articulista relacionou a situação atual de FHC ao panorama descrito por Gabriel Garcia Marques em seu retorno à Colômbia, após o exílio. Em desespero, o prêmio Nobel de literatura comentou a tragédia: "Em qualquer parte deste meu país, onde quer se toque o dedo, sai pus."

A sucessão de escândalos que comprometem com uma intensidade progressiva os dois governos de Fernando Henrique foi resgatada pela *A Classe Operária* nas edições que precederam a realização do primeiro turno dessas eleições, na crista das revelações sobre a atuação do "sombra" Eduardo Jorge Caldas (EJ), íntimo colaborador de FHC, ex-secretário-geral da Presidência e coordenador geral da campanha da reeleição. A seqüência demonstra que sobra aos brasileiros razões para dar um basta ao governo neoliberal. As razões mínimas estão nas fraudes habituais que rondam o Caixa 2 (designação contábil para a ocultação rouba-lheira profissional), que eclipsou, em números ainda oficiosos, R\$ 130 milhões da campanha de FHC em 1994 e quase R\$ 20 milhões em 1998; nos mistérios que pairam sobre os paraísos fiscais, a exemplo das Ilhas Cayman; nos inesgotados casos Sivam, da compra de votos da reeleição, da telegangue das privatizações, da feira de Hanover, dos porões financeiros do falecido Sérgio Motta e do vivíssimo EJ.

A campanha pela reeleição mostra um crime eleitoral explícito. O responsável pela coordenação financeira da campanha, ex-ministro Luís Carlos Bresser Pereira, omitiu do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o real montante de gastos, numa revelação inicial que contemplava uma diferença de R\$ 43 milhões para R\$ 53,120 milhões (R\$ 10,4 milhões). Ou seja: R\$ 1 em cada R\$ 5 arrecadados foi tratado em contabilidade paralela com destino ainda desconhecido. Mas FHC disse que "não tomou conhecimento da contabilidade de seu comitê, um assunto que não chega ao Presidente e que não diz respeito ao governo." O texto do artigo 21 da Lei Eleitoral (9.504) é preciso e demonstra que FHC teria que pelo menos conhecer e aprovar o relatório apresentado ao TSE: "O candidato é o único responsável pela veracidade das informações financeiras e contábeis de sua campanha."

Amnésia de Bresser

O Caixa 2 do presidente mantém EJ e seu esquema em evidência — responsável pelo recolhimento de uma parcela substancial dos recursos. As planilhas eletrônicas mostram que 16 empresas contribuíram sem registro no TSE. Os

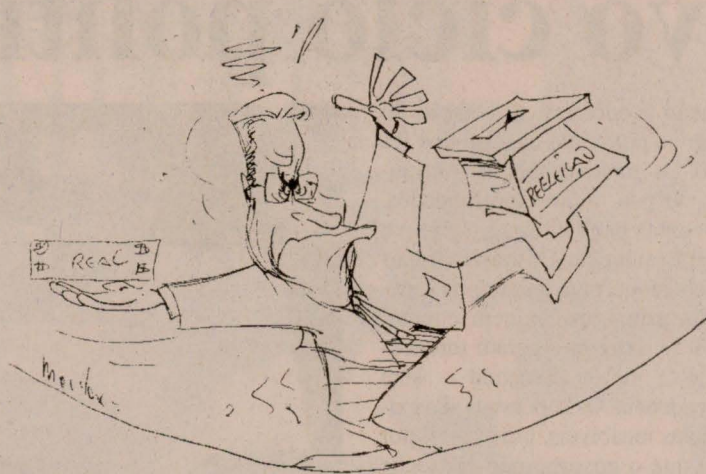
recursos milionários foram oficialmente coletados por um grupo de empresários liderados por Andrea Matarazzo, hoje ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, e incluiu, entre outros, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira (grupo Ypiranga) e a banqueira Kati Almeida Braga (grupo Icatu). Matarazzo, que nega a doação de "quantia tão alta", está na lista com R\$ 3 milhões, além de outras, como a Petroquímica União, Queiroz Galvão (empreiteira), o banco Bozzano Simonsen a Usinimas (siderúrgica), todas com R\$ 500 mil.

O ex-ministro Luís Carlos Bresser Pereira, responsável pela coordenação financeira, afirma que jogou os documentos fora, não se lembra dos detalhes das doações e nega a autoria das planilhas. "Quem deve ser capaz de responder às perguntas sobre uma planilha de 1994 é quem participou das duas campanhas, teve acesso às planilhas que fiz inicialmente e as utilizou para um controle adicional, que atendessem às suas necessidades".

Bresser atribuiu a responsabilidade a Egydio Bianchi, ex-presidente da Empresa de Correios e Telégrafos (EBCT), seu auxiliar de confiança no comitê financeiro, que trata as planilhas com a contabilidade como "segredo comercial do PSDB". Daí a exclamação indignada de FHC: "Foi o Egydio!"

O ex-banqueiro (Bamerindus), ex-senador, ex-amigo e ex-ministro de FHC, José Eduardo Andrade Vieira, confirmou o uso de um Caixa 2 na campanha presidencial de 1994. E reafirmou a existência da doação de "recursos financeiros em espécie (em dinheiro) para a campanha eleitoral", informando que "o candidato Fernando Henrique Cardoso acompanhava pessoalmente o volume de recursos financeiros arrecadados na campanha de 1994". Vieira chega a admitir que acompanhou João Elisio Ferraz de Campos, então presidente da Bamerindus Seguradora e hoje presidente da Federação Nacional das Seguradoras (Fenaseg), numa entrega de dinheiro clandestino das seguradoras para EJ, no Comitê de FHC, duas ou três vezes, mesmo sem saber ao certo o destino dos recursos. Alguns casos são exemplares: o Pão de Açúcar, do empresário Abílio Diniz, onde Bresser atuou com executivo, doou 358.540,61 em UFIRs (hoje, R\$ 380 mil) para a campanha de 1994, mas o TSE não tem registros desta doação.

Na campanha de 94, segundo Andrade Vieira, "sobraram R\$ 130 milhões, que foram parar numa conta no exterior" (referência à "conta Cayman", do ainda misterioso "dossiê Caribe"). Na campanha de 98, a estrutura financeira mostrava FHC secundado por EJ, substituto de Sérgio Motta, seguindo-se Luiz Carlos Bresser Pereira e seu irmão Sérgio Pereira, Andrea Matarazzo, o banqueiro Adhemar César Ribeiro e outros. Bianchi funcionou como caixa 2 do Caixa 2, a mesma atividade que desempenhou com Sérgio Motta na eleição de 94, registrando no computador e nos disquetes as planilhas de entrada e saída do dinheiro. Pimenta da Veiga, que brigou com Sérgio



Motta na partilha das sobras da campanha de 94, deixando em seguida a presidência do PSDB e o governo, retornou como ministro das Comunicações e demitiu Bianchi da EBCT "por incompetência e loucura". O gesto trouxe à luz as planilhas, mas a inconfidência une uma autêntica corrente de insatisfeitos.

O cerco à gangue

Diante desse novo episódio, os partidos de oposição no Congresso (PCdoB, PT, PSB e PDT) ingressaram com representação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pedindo que Fernando Henrique e seus colaboradores sejam enquadrados por abuso de poder econômico durante a campanha eleitoral, de acordo com a Lei Eleitoral 9.504/97, e o enquadramento do PSDB no artigo 25 da mesma lei, que prevê punição para o partido de candidato que cometer abuso de poder econômico durante a campanha. A representação pretende igualmente ao desarquivamento e decretação da nulidade da prestação de contas da coligação que reelegeu Fernando Henrique em 1998 e o envio do caso para a Procuradoria-Geral Eleitoral para a instauração de processo por crime eleitoral.

As lideranças da oposição também pediram à Procuradoria da República no Distrito Federal a abertura de inquérito público civil contra FHC e o ex-ministro Bresser Pereira pelos crimes de falsidade ideológica, sonegação fiscal e evasão de divisas. O pedido sugere o enquadramento de FHC e Bresser na Lei 8.429/92, que regula os crimes de improbidade administrativa. A denúncia pode implicar até na perda de mandato do presidente, com a suspensão dos direitos políticos dos dois denunciados por até cinco anos.

Os procuradores do Ministério Público Federal (MPF), Guilherme Schelb e Luiz Francisco Fernandes de Souza, consideram que as investigações sobre esse caso já estão em curso no processo que envolve o tráfico de influência de EJ, e desconfiam de uma ligação entre as doações secretas e benefícios recebidos posteriormente pelos doadores. Isto justifica uma auditoria da Receita Federal, da Secretaria Federal de Controle e do Tribunal de Contas da União nas contas de algumas das empresas que doaram dinheiro para a campanha presidencial, utilizadas as planilhas como ponto de partida para as investigações.

O Ministério Público investi-

gará as contribuições financeiras que não tenham registro no TSE. Se comprovada a existência de contribuições não declaradas, o MPF investigará se houve sonegação fiscal pelas empresas que contribuíram e, depois, se essas empresas obtiveram alguma vantagem da administração pública. A comprovação da existência de Caixa 2 numa campanha eleitoral pode motivar ações por falsidade ideológica, corrupção, sonegação fiscal e evasão de divisas.

Lalau, Leo Green... e EJ

O caso EJ promete engordar com novas revelações que envolvem a construção do prédio do TRT em São Paulo. A divulgação pelo MPF e Ministério da Justiça da existência de três contas de Luiz Estevão nos EUA, alimentando em quase US\$ 1 milhão a poupança do juiz Nicolau dos Santos Neto, no Banco Santander da Suíça, ligaram de vez o senador cassado ao juiz foragido desde 25 de abril. A investigação concluiu que US\$ 19 milhões circularam nessas contas entre 1992 e 1996. Isto eleva a participação de Estevão para mais de 40% dos R\$ 169 milhões desviados da construção do Fórum. De acordo com os documentos do Delta Nacional Bank, de Miami, as contas foram abertas pelo ex-senador em 1992, ano em que se iniciaram as obras do TRT-SP, em nome de Leo Green e James Towers. Para o MPF, Leo abrevia Luiz Estevão de Oliveira e Green (verde em inglês) é símbolo do dólar. James Towers é Jairo Torres, um dos diretores do Banco OK, de Estevão. O esquema EJ teve significativa participação nas liberações de recursos para aos obras do TRT-SP.

Estão envolvidos na transação os empreiteiros José Eduardo Ferraz e Fábio Monteiro de Barros, apontados como donos da Incal Incorporações, mas o MPF sustenta que Estevão é o proprietário de 90% da empreiteira contratada mediante processo de licitação fraudulento para erguer o prédio. Os procuradores federais possuem 1,1 mil documentos bancários rastreados pelo Departamento de Justiça dos EUA, relativos às contas de Estevão. Em exame, tem o fluxo de outras quatro contas — três em bancos de Nova York e uma em Miami — das quais partiram 10 transferências no valor global de US\$ 3,12 milhões entre outubro de 1991 e julho de 1992 para a conta do juiz Estevão, que conta com um "esquema muito forte de proteção". Este "foragido especial", assim como Bianchi,

sabe o suficiente para causar estragos irreparáveis no governo neoliberal de FHC.

Arapongas de FHC

A república da corrupção agora é também a república da espionagem institucional. O Congresso Nacional, pressionado pela onda de denúncias acerca da nefasta ação de uma reciclada comunidade de informações, apressa a instalação de uma Comissão Mista de Controle Externo da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que pretende controlar e fiscalizar a atuação da arapongagem de FHC. A instalação da Comissão está prevista na lei que criou a Abin, em dezembro de 1999, e será composta pelos líderes da maioria e da minoria na Câmara e no Senado, além do presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, José Carlos Hauly (PSDB/PR).

A ação da Abin é policial e abusiva e debilita ainda mais a frágil democracia brasileira. O governador de Minas Gerais, Itamar Franco, uma das vítimas da Abin, acusou FHC como o principal responsável pelas investigações de seus passos e o qualificou como fascista. A Abin age exemplarmente "em nome do Estado e sob a proteção do Estado" para investigar um jornalista (Andrei Meirelles, da revista *IstoÉ*), que verificava o envolvimento do governo com a falcatura no TRT/SP, ou um procurador da República (Luiz Francisco de Souza) que demonstrava o uso turístico e familiar de aviões da FAB.

A Comissão comprometerá o Congresso, caso prevaleçam as intenções de Hauly, que considera o problema restrito a um "mal-entendido" e que o importante é que "prevaleçam os princípios da Abin". Ora, os princípios da Abin não são reguláveis pela democracia, como sugere o deputado tucano. A comunidade de informações cresce sempre acima da democracia. Nem o general Alberto Cardoso afirma ter o dom de controlar seus espíões.

Disputa do espólio

Em pânico diante do fantasma de uma CPI do Caixa 2, FHC acionou os líderes governistas com o apelo de uma "solidariedade total, sem limites". A expectativa é a de ocultar mais lixo sob o tapete, mas isto só é possível na medida em que seus aliados fazem parte do entulho, como demonstra a briga entre Antônio Carlos Magalhães e o senador Jader Barbalho pela Presidência do Senado. Os dois têm se acusado de "vazamento" de informações e de dossiês que exibem a podridão moral de um contra o outro.

Depois das disputas pelas mesas diretoras da Câmara e do Senado, os partidos da composição fisiológica passam à ostensiva disputa do espólio de FHC, incrementando suas candidaturas próprias, visando futuras negociações. Por enquanto, desenvolvem o debate antecipado do salário mínimo. FHC, de seu lado, refutou em receber os trabalhadores em greve, numa marcha a pé desde 23 de outubro, de São Paulo a Brasília, pelo salário mínimo de R\$ 180,00.

PCdoB

Reforçar a unidade oposicionista no novo ciclo político que surge

RENATO RABELO*

O mundo hoje passa por grandes e crescentes instabilidades e incertezas. O cenário econômico é de ansiosa expectativa. Os economistas evitam até mesmo fazer previsões de médio prazo neste cenário. Tais circunstâncias afetam a segurança política e o crescimento econômico. Acirram-se as disputas entre os três principais pólos industriais – Estados Unidos, Europa e Japão –, inclusive através das oscilações entre dólar, euro e iene.

Analistas acenam com a possibilidade de colapso econômico nos EUA. É grande a instabilidade nas bolsas norte-americanas, com oscilações de até 10% em uma semana. Os EUA são a praça de maior bolha especulativa financeira mundial, apresentando grande defasagem com ativos reais. A quantidade de capital absorvida pela América do Norte é muito grande e as dívidas são gigantescas. Até quando conseguirá manter tal situação? No campo político, esse país vive a inusitada situação de denúncias de corrupção eleitoral e impasse na apuração das eleições presidenciais, provocando uma crise de legitimidade.

Outros aspectos da situação mundial são a elevação do preço do barril de petróleo (está na casa dos 30 dólares) e o rescaldo da Ásia, onde persiste o quadro de crise envolvendo Coreia do Sul, Tailândia, Indonésia e Filipinas. Nessa região estão falindo grandes empresas e as bolsas sofrem quedas acentuadas. Também na América Latina os problemas se agravam, com destaque para a situação de crise na Argentina e os conflitos políticos e sociais no Peru, Equador, Bolívia etc.

O governo argentino faz novas concessões ao Fundo Monetário Internacional – que ditou sua política econômica e tem responsabilidade na crise em que o país está mergulhado. Agora se fala em aumentar a idade de aposentadoria para as mulheres, demitir 30 mil funcionários públicos e privatizar o Banco de La Nación, os serviços públicos e a previdência social. Mas o país está exangue e o FMI determina que o governo aumente ainda mais a sangria! Multiplicam-se os protestos dos trabalhadores argentinos, reivindicando empregos. Em toda a América do Sul a crise econômica reflete-se na situação política, e as instituições estão sendo questionadas. Em especial a crise econômica argentina tem reflexos imediatos no Brasil.

Aqui, a orientação do governo de Fernando Henrique Cardoso aumentou a dependência e vulnerabilidade e inconstância da economia. A realidade que, desde o início do ano até as eleições, era apresentada como "cor de rosa" vai ficando cinzenta. Até mesmo os analistas econômicos governistas já admitem que falta "tração" econômica ao país e as perspectivas de crescimento são revistas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) revêem suas projeções e indicam a possibilidade de desace-

leração econômica. A cotação do dólar se aproxima da casa dos R\$ 2,00. Os graves problemas estruturais do país foram aprofundados. As contas não fecham e o passivo externo aumenta. Os ajustes fiscais draconianos, para garantir os superávits primários, exigem contenções de despesa e geram um acúmulo de demanda sem precedência. Os superávits são exigências incabíveis, terríveis. É por isso que o governo não consegue fechar uma proposta de orçamento da União. É grande a pressão pelo aumento do salário mínimo, a grita dos militares por reajustes nos soldos, as exigências do Poder Judiciário por reposições salariais – há mais de 6 anos o funcionalismo está com os vencimentos congelados. O salário médio dos brasileiros continua declinando – caiu, 1,7% no último mês. O crescimento do emprego não passa do "zero vírgula". Perto de 13 milhões de nordestinos estão saindo de seus locais de origem. A Fundação Getúlio Vargas calcula que 80% das propriedades agrícolas estão condenadas à extinção. O resultado, nos grandes centros, é o aumento da violência e da exclusão social. A política econômica adotada distancia o país de um desenvolvimento sustentado. Os reflexos no campo social e político são inevitáveis.

Vitória oposicionista

Nesse contexto devem ser analisados os resultados das eleições municipais. Os resultados refletiram essa situação, embora não de forma automática. Participaram eleitores de 5.558 municípios, com pequena abstenção. A Comissão Política emitiu uma nota sobre o resultado do primeiro turno. A decisão do segundo turno colocou em jogo os grandes colégios eleitorais, com exceção de Salvador. O resultado foi ainda mais eloquente a favor da oposição. Contando com o bloco do governador de Minas, Itamar Franco, no PMDB, a oposição ganhou em 20 das 31 cidades que foram ao segundo turno. Nas 62 cidades compostas pelas capitais e pelas que têm mais de 200 mil eleitores, envolvendo mais de 36,4 milhões de votantes, a oposição cresceu 133% e a situação caiu quase 40%. A oposição ganhou nos maiores colégios eleitorais, nos grandes centros urbanos, nas maiores concentrações de Produto Interno Bruto. Os governistas tiveram resultado favorável nas pequenas e médias cidades.

Foi clara e incontestável a vitória da oposição; na oposição, da esquerda; na esquerda, do PT, que elegeu 187 prefeitos, aumentando em 60% o número de cidades que administrará, e entre elas estão seis capitais, inclusive São Paulo. No campo oposicionista, o PDT foi quem apresentou o maior recuo, perdendo 148 prefeitos.

Do lado situacionista, o PMDB reduziu-se aos pequenos centros e o PPB está em decadência. O PFL sofreu graves perdas no Rio de Janeiro e no Recife. O PSDB foi o grande derrotado, ficando praticamente fora dos grandes colégios eleitorais. Não há



Reunião do Comitê Central do PCdoB, em novembro

como esconder a derrota de Fernando Henrique e de seu partido.

O PCdoB lançou 2.070 candidatos a vereador em 769 municípios, 46 a vice-prefeito e 26 candidatos a prefeito. Elegeu 150 vereadores, 7 vice-prefeitos (sendo dois em capitais, Recife e Aracaju) e a prefeita de Olinda (PE). Foi destacada também a votação do Partido em Fortaleza, onde disputou o segundo turno e firmou o deputado federal Inácio Arruda como uma grande liderança política no Ceará. Os comunistas participaram de coligações vitoriosas em mais de 240 municípios, podendo participar de seus governos. A bancada de vereadores cresceu 60%. Dezoito vereadores estão em 13 capitais, sendo três na capital paulista. O PCdoB reelegeu as bancadas em Belo Horizonte (MG) e Salvador (BA), retomou o mandato em Porto Alegre (RS) e pela primeira vez elegeu em Recife (PE), onde antes o Partido tinha suplente. Também como resultado do pleito, o Partido passa a ter 10 deputados federais, com a ascensão dos suplentes Aldo Arantes (GO), Socorro Gomes (PA) e Tânia Alves (SE). O resultado adverso foi em Manaus, onde o Partido ficou isolado, teve baixa votação para prefeito e perdeu o vereador.

No geral, mostrou-se justa a orientação eleitoral de realizar coligações, concentrar candidatos às câmaras municipais e lançar candidatos majoritários onde houvesse possibilidade. O Partido teve uma atuação ousada, com o exemplo mais importante em Pernambuco, onde elegeu a prefeita de Olinda e o vice-prefeito de Recife. Ficou evidenciado que o Partido pode ser mais ousado no tratamento das campanhas majoritárias, mas é necessário ter um melhor planejamento para avançar mais. O resultado eleitoral foi bastante favorável ao Partido Comunista do Brasil, uma força política em expansão.

Tentativa de domesticação

O cenário político pós-eleitoral é mais favorável à oposição. Os grandes centros protestaram contra a política dominante. O governo e seus aliados tentam tapar o Sol com a peneira, afirmando que houve equilíbrio e que não estavam em jogo as questões nacionais. Mas essa análise visa unicamente diminuir o alcance de sua derrota; ela não resiste aos fatos. Fernando Henrique e os partidos governistas lançaram mão da máquina estatal federal para garantir seus aliados e em cidades

como Fortaleza e Olinda as classes dominantes apelaram para uma campanha anticomunista de uma baixaria sem precedentes.

Após a derrota, o governo e as classes dominantes buscam domesticar o PT, levá-lo a posições centristas e a aceitar os "fundamentos" do modelo econômico vigente. A iniciativa de apressar a reforma política, buscando a adesão do PT, faz parte dessa manobra governista. A reforma proposta é essencialmente antidemocrática e discriminatória. O governo pretende dividir a oposição e garantir a sua continuidade. O PCdoB é absolutamente contra a reforma política proposta pelo governo, que colocará em risco até mesmo a continuidade da existência legal do Partido! Esta reforma reduz o pluralismo partidário a uma mera formalidade política.

A disputa da sucessão presidencial em 2002 acirra-se cada vez mais. Com o resultado do pleito municipal, estabeleceu-se um certo equilíbrio entre PFL, PMDB e PSDB, e esses partidos disputam quem comandará o processo pelo lado governista. O PLF tenta demarcar-se do bloco situacionista, inclusive assumindo bandeiras oposicionistas e fazendo demagogia com reivindicações populares, como o salário mínimo. O PMDB, mesmo em situação declinante, começa a trabalhar a candidatura de Pedro Simon. O PSDB e Fernando Henrique, por seu lado, procuram meios de continuar dando as cartas. É nesse contexto que ocorre a disputa das mesas da Câmara Federal e do Senado.

O PT consolidou-se como a principal força oposicionista, mas sua hegemonia não está garantida. Prevalece a dispersão e a busca diferenciada de posições e pode demandar algum tempo para as alianças oposicionistas serem recompostas. Não está descartada a idéia de unidade apenas no segundo turno da eleição presidencial, mas na opinião do PCdoB a união é fundamental já para o primeiro turno. Até os setores governistas buscam a unidade no primeiro turno para enfrentar a oposição!

O pano de fundo da disputa é o processo de esgotamento do projeto neoliberal dominante. Procuram-se novos caminhos e novas lideranças, tanto na situação quanto na oposição. A situação quer reciclar o seu projeto. Setores da oposição também rivalizam com essa "reciclagem", mantendo os fundamentos do projeto atual, mas valorizando as questões políticas sociais. O desafio oposicionista, porém, é definir um pro-

jeto de mudança que defenda a soberania do país, amplie a democracia e a luta pela justiça social e que tenha um amplo apoio para chegar à vitória, construindo uma nova maioria política. Projeto contrário ao neoliberalismo imposto ao país.

Unidade fundamental

Para a oposição é fundamental compor uma ampla frente democrática e popular, com características políticas de centro esquerda. A esquerda sozinha dificilmente conseguirá chegar à vitória. A oposição tem de formar uma frente pela mudança – não pela reciclagem –, mas uma frente extensa. O caminho para isso é recompor a frente democrática e popular em conjugação com amplas movimentações políticas de massa. Reside no movimento popular a nossa força para garantir mudanças no sentido da construção de um Brasil democrático, soberano e com um modelo de desenvolvimento voltado ao atendimento dos interesses e necessidades do povo. Temos que organizar e unificar o movimento social em curso, que surge de forma espontânea, semi-organizada e organizada. Fortalecer o Fórum Nacional de Luta como centro articulador do movimento de massas é tarefa que está na ordem do dia. O Manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho é um ponto de partida para recompor a frente oposicionista – ele apresenta um projeto amplo de mudança, que se contrapõe à orientação neoliberal.

Após as eleições municipais, um novo ciclo abre-se para a esquerda. O que marcou as eleições, sobretudo nos grandes centros, foi a insatisfação popular, o desejo de mudança. No campo da situação, o resultado levou a um equilíbrio entre os partidos governistas – o PSDB teve a maior derrota, mas também o PFL sofreu revezes no Rio de Janeiro e Recife. Nenhum partido consolidou sua hegemonia na aliança governista. Na oposição, o PT firmou-se como maior partido, embora setores oposicionistas não queiram aceitar esse fato. É necessária a formação de um bloco viável para derrotar o neoliberalismo. Excluir o PT desse bloco seria uma estupidez. O PCdoB deve reafirmar suas posições política e ideologicamente com o PT e outros partidos oposicionistas, mas não deve abandonar a luta pela unidade maior.

Este debate está apenas sendo iniciado. A tática dos comunistas vai se dando de acordo com a realidade brasileira e mundial. É um processo no qual o Partido está inserido, buscando sempre alcançar a realização de seus objetivos maiores, a realização de seu Programa Socialista para o Brasil.

ODM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
apresentado na 11ª reunião do
Comitê Central, dias 11 e 12 de
novembro de 2000.

PCdoB

Grande vitória das forças oposicionistas

Tendo em vista o resultado final das eleições municipais de 2000, o Comitê Central do Partido Comunista do Brasil faz a seguinte avaliação do conjunto do processo:

1. O segundo turno das eleições consolidou a vitória das forças oposicionistas alcançadas no primeiro turno, particularmente das forças de esquerda. A oposição conquistou 20 das 31 cidades onde houve a segunda volta. O Partido dos Trabalhadores - PT, aliado a outros partidos, especialmente ao Partido Comunista do Brasil - PCdoB - conquistou 13 prefeituras das 16 que disputou em segundo turno. No universo das 57 cidades brasileiras com mais de 200 mil eleitores mais as 5 capitais que ainda não têm essa quantidade de pessoas aptas a votar, ou seja, 62 cidades nas quais se concentram hoje quase 36,4 milhões de eleitores, a oposição teve um acréscimo de 133%, enquanto as forças da situação tiveram uma redução de 39,5% em suas respectivas votações. Entre outros importantes centros urbanos, a oposição passa ou continua a dirigir São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Belém e Goiânia.

2. As forças de sustentação do projeto neoliberal, alinhadas ao governo de Fernando Henrique Cardoso, saem desgastadas das eleições. Com raras exceções, ficaram restritas a cidades médias e pequenas, mesmo tendo abusado

de seu poderio econômico e das máquinas administrativas, e ainda utilizando por todo o país o discurso mais retrógrado e discriminatório contra a esquerda e os comunistas. No entanto, amplas parcelas da população não se deixaram aterrorizar e demonstraram nas urnas sua condenação ao estado de coisas vigente no país. Passado o pleito, as forças neoliberais procuram desqualificar a vitória oposicionista com o intuito de diminuir o peso da derrota sofrida, ao mesmo tempo em que insistem em retomar o tema da Reforma Política na agenda imediata, visando assegurar a hegemonia de representação parlamentar para os partidos das classes dominantes.

3. O Partido Comunista do Brasil obtém significativa vitória eleitoral. Elegeu a prefeita de Olinda, importante centro político e cultural do Nordeste brasileiro. À frente de uma coligação de partidos de esquerda, disputou o 2º turno em Fortaleza, a quinta maior capital de Estado do país, obtendo 437 mil votos, 47% do eleitorado. Elegeu vice-prefeitos em Recife, Aracaju e mais 5 municípios. Aumentou para 150 o número de seus vereadores - um acréscimo de 60% em relação a 1996 - 18 deles em 14 capitais. O PCdoB teve 3 representantes eleitos em São Paulo, a maior cidade do país, manteve os 2 vereadores em Belo Horizonte e em Salvador, além de ter conquistado cadeiras nas Câmaras Municipais de outras



O presidente do PCdoB, João Amazonas, fala ao Comitê Central

importantes capitais, como Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, Goiânia e Belém. No cômputo geral, o Partido teve sua votação para prefeito aumentada em 100% e para vereador aumentada em 70% em relação a 1996. Agregase ao resultado eleitoral do Partido o fato de que foram eleitos cerca de 250 prefeitos apoiados pelos comunistas em todo o país. Faz parte ainda do saldo partidário da batalha eleitoral de 2000, a reconquista de 3 ou 4 cadeiras de deputados federais. O resultado alcançado pelo Partido demonstra a justiça da orientação política e eleitoral dos comunistas - as alianças que fez, as bandeiras que consignou - bem como a correta condução da batalha pelas direções

partidárias. No seu conjunto, a influência dos comunistas junto ao povo brasileiro se amplia com seu desempenho eleitoral. O Partido Comunista do Brasil é hoje uma força em expansão.

4. Do resultado eleitoral emerge um novo quadro político no país no qual a correlação de forças começa a pender favoravelmente à oposição e às forças de esquerda. Essa característica passa a dar o tom na vida política do país e, sem dúvida, influenciará as eleições gerais de 2002 nas quais estarão em jogo a Presidência da República, os governos estaduais, a composição da Câmara Federal, de 2/3 do Senado e das Assembleias Legislativas estaduais.

5. O Partido Comunista do

Brasil empenhará seus melhores esforços para que os comunistas eleitos e para que os cerca de 250 prefeitos que ajudou a eleger correspondam à confiança que neles o povo depositou. Tendo em vista batalhas vindouras continuará batendo-se para recompor uma ampla frente política envolvendo as forças de oposição e de esquerda que defendem um projeto nacional cujo conteúdo é a defesa da soberania da nação, da democracia e dos direitos dos trabalhadores, criando assim as condições para derrotar o projeto neoliberal.

São Paulo, 12 de novembro de 2000
Comitê Central do PCdoB

PCdoB prepara o X Congresso

Tendo em vista a observância do intervalo de tempo entre um e outro Congresso estipulado pelo artigo 22 do Estatuto partidário, o Comitê Central resolve:

1. Convocar extraordinariamente o Comitê Central (de acordo com o artigo 28, parágrafo 2º do Estatuto) para os dias 3 e 4 de fevereiro de 2001, a fim de que se decida sobre a convocação e a Ordem do Dia do X Congresso do Partido, sobre as normas de representação, debates e calendário partidário, bem como sobre a composição das comissões que se encarregarão de redigir os documentos para a discussão no coletivo partidário;

2. Indicar o período situado entre o final de outubro e o começo de dezembro de 2001 para a realização do X Congresso;

3. Indicar a Comissão de Organização do X Congresso a ser composta pelos seguintes camaradas Renato Rabelo, Dilermando Toni, Jamil Murad, Edmilson Valentim e Ronald Freitas.

São Paulo, 12 de novembro de 2000
Comitê Central do PCdoB,
resolução n.º 11

Desafios políticos após a eleição

Tendo em vista o resultado das eleições municipais de 2000 cuja marca central foi a vitória das forças de oposição ao projeto neoliberal, particularmente as de esquerda, e tendo em vista batalhas vindouras, especialmente as eleições gerais de 2002, o Comitê Central resolve:

1. Retomar o trabalho de divulgação e mobilização em torno do Manifesto e do Movimento em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho como expressão ampliada de um novo projeto para o país, contraposto aos rumos neoliberais até aqui vigentes e como base política para a redefinição e recomposição da frente de oposições democrática e progressista, nucleada pela esquerda. Nesse sentido orientar também as organizações populares ligadas ao Partido para desenvolver debates e atividades;

2. Combater a Reforma Política proposta pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e os partidos que lhe dão sustentação, cujo conteúdo é profundamente antidemocrático e restritivo. Para isto, mobilizar o Partido e seus aliados a fim de realizar atos e outras atividades. Na Câmara dos Deputados empenhar-se junto às demais forças democráticas para que seja instalada a Comissão Especial para tratar da Reforma Política;

3. Apoiar os governos municipais que o Partido ajudou a eleger. Supervisionar a indicação e a atividade dos comunistas nes-

sas administrações, considerando caso a caso e baseando-se nos critérios e normas aprovados pelo Comitê Central;

4. Mobilizar o Partido para a continuidade da luta contra a dívida externa que, de imediato, envolve atividades como: campanha para que o Congresso Nacional aprove a realização de um referendo popular e de uma auditoria oficial sobre a dívida; realização de plenárias estaduais em preparação aos tribunais estaduais sobre a dívida; esforço para estabelecer a auditoria cível sobre a dívida como também o simpósio sobre a dívida interna a ser realizado em São Paulo em maio de 2001;

5. Mobilizar as organizações populares ligadas ao Partido para participar do Fórum Social Mundial que se realizará em Porto Alegre de 25 a 30 de Janeiro de 2001;

6. Reforçar a participação do Partido nas atividades do Fórum Nacional de Lutas estimulando a criação e o fortalecimento dos fóruns estaduais;

7. Combater o Plano Colômbia que ameaça a soberania dos países da América Latina e a própria integridade territorial brasileira. Levantar a bandeira da luta contra o intervencionismo norte-americano na América Latina, estimulando a realização de debates e atos em torno do assunto.

São Paulo, 12 de novembro de 2000
Comitê Central do PCdoB,
resolução n.º 10

Fórum deve politizar e unificar luta popular

VITAL NOLASCO e
JOÃO BATISTA LEMOS*

O Fórum Nacional de Lutas começou a se estruturar a partir de uma conferência dos movimentos populares, em 1998. Tem cumprido destacado papel na mobilização e unificação das lutas. O exemplo mais marcante foi a Marcha dos 100 mil, em agosto de 99. Sua experiência tem sido vitoriosa e deve ser aprofundada. O PCdoB é um dos principais artífices do Fórum, contribuindo para sua politização, unidade, combatividade e amplitude. Existem outras iniciativas buscando a unidade do movimento popular e contribuindo no combate ao projeto neoliberal de FHC. Podemos destacar o movimento "Jubileu 2.000, por um milênio sem dívidas", que organizou o plebiscito da dívida externa e no qual nosso Partido tem contribuído. Podemos citar também o Fórum Social Mundial.

Durante este ano o movimento social travou diversos combates. Destacamos os protestos de Porto Seguro (BA) por ocasião dos 500 anos, a Marcha das Margaridas, que fez parte da Marcha Mundial das Mulheres e que mobilizou dezenas de milhares de trabalhadoras rurais de todos os Estados, e também as lutas de diversas categorias em busca de melhores condições de vida e trabalho. No fundamental essas lutas ou são de caráter corporativo, ou não têm conseguido mobilizar força necessária para impor derrotas mais profundas

ao projeto neoliberal. A luta popular precisa dar um salto de qualidade. O Fórum Nacional de Lutas pode contribuir significativamente para isto. O Fórum deve se constituir numa articulação privilegiada onde todos movimentos e entidades estabeleçam uma plataforma e calendário comuns, sem desconsiderar as plataformas e mobilizações de cada setor ou movimento. O Fórum poderá ser um centro coordenador das lutas sociais e políticas e num instrumento da unidade e politização de nosso povo.

O Comitê Central do PCdoB, em sua última reunião, aprovou resolução no sentido do fortalecimento do Fórum e das atividades por ele programadas.

O Fórum ainda carece de maior organicidade, particularmente nos Estados. Faz-se necessário que, em cada Estado, o Partido assuma o desafio de ajudar a estruturar o Fórum local. É preciso que o mesmo tenha um funcionamento regular, com uma coordenação e um local fixo de reunião, que poderá ser a sede de uma das entidades patrocinadoras.

Queremos chamar a atenção para a necessidade da participação no seminário que o Fórum irá promover no dia 4 de dezembro em São Paulo, onde serão debatidas as estratégias e bandeiras de luta, para permitir, portanto, o fortalecimento das lutas e a organização do Fórum, principalmente nos Estados.

*do Comitê Central do PCdoB

NACIONAL

Diretrizes para a participação do PCdoB na administração de Goiânia

O PCdoB de Goiânia aprovou uma resolução sobre a participação de comunistas da próxima administração da capital, onde afirma:

"A eleição de Pedro Wilson para prefeito de Goiânia é parte integrante da vitória conquistada nacionalmente pela esquerda. (...) Este resultado credencia as forças oposicionistas, de esquerda, a disputar com maior competitividade as eleições de 2002. A vitória da Coligação Vermelho Esperança em Goiânia reflete esse conteúdo e também descortina horizontes novos às forças democráticas e populares do Estado de Goiás.

"(...) De imediato, é preciso competência e habilidade políticas para compor o governo que toma posse em 1º de janeiro de 2001. A composição do governo deve ser regida pelo peso político de cada agremiação que compõe a Coligação do 1º turno e, ainda, contemplar forças que contribuíram para garantir a vitória no 2º turno. É imprescindível, nessa fase, que o PT, partido hegemônico da Coligação, adote um posicionamento amplo, sem estreiteza ou exclusivismo e que expresse um governo unitário tendo como núcleo central a Coligação Vermelho Esperança. A composição do governo deve propiciar o crescimento e o fortalecimento das legendas coligadas. Por outro lado, é importante eleger uma mesa diretora da Câmara Municipal sintonizada com a pla-

taforma democrática da Coligação vencedora das eleições.

"Os comunistas, que desempenharam um papel relevante ao êxito da esquerda na capital, estão conscientes de sua responsabilidade quanto a essas novas tarefas decorrentes da vitória. Em relação à eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal, o vereador Fábio Tokarski, por orientação do Partido, apresentou à Coligação o seu nome como candidato à presidência do Parlamento Municipal. (...)

Em relação à próxima administração municipal podemos, usufruindo de experiências anteriores, reafirmar a diretriz de apoio, participação e independência. Em outras palavras, o Partido, como já estava previsto no protocolo da Coligação, irá apoiar e participar do governo Pedro Wilson. Dado que será um governo de uma coligação de esquerda, é elevado o grau de responsabilidade e compromisso dos comunistas quanto ao seu êxito. Essa sua característica também aponta significativas possibilidades de, efetivamente, o PCdoB influenciar nos rumos da futura administração. Contudo, a independência do Partido enquanto agremiação partidária, além de ser uma questão de princípios, é uma necessidade para, de outros modos, inclusive de críticas quando necessário, contribuir com o sucesso desse desafio político e administrativo.

"Do ponto de vista teórico e de

orientação política, há um texto de autoria do camarada Walter Sorrentino, intitulado A Participação do PCdoB em Instância de Governo que contém subsídios e sistematizações da experiência partidária.

De modo sintético, a seguir apresentamos algumas diretrizes importantes:

1º) Objetivos gerais da participação: os comunistas, em conjunto com os demais partidos de esquerda e outras forças democráticas, irão lutar para que o futuro governo municipal seja bem-sucedido em todos os seus aspectos, resgatando os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral. (...)

2º) Objetivos específicos: a participação dos comunistas no governo, além de resultar em efetivas conquistas à população, deve ser um instrumento para o fortalecimento do PCdoB em todos os seus aspectos. A atuação dos indicados, eficaz sob o ângulo institucional, deve resultar ao Partido a apropriação do prestígio político desse trabalho, com o seu consequente crescimento orgânico. Se isso não ocorre, essa participação, sob o ponto de vista dos interesses partidários, resulta em prejuízos irreparáveis que comprometem a validade dessa participação.

3º) Em que áreas do governo o PCdoB deve participar: a experiência que dispomos nos propicia indicações que podem nos ajudar a optar por áreas prioritárias de atua-



Caminhada da Vitória, em Goiânia

ção: a) nos setores nos quais temos conhecimento, inserção social e capacitação específica. (...)

4º) Critérios para escolha de nomes: o Partido escolhe, entre seus militantes, e, excepcionalmente, entre seus simpatizantes, camaradas para, em seu nome e sob sua responsabilidade, exercer funções públicas. Desse enunciado, deriva-se que os nomes escolhidos, além de serem de absoluta confiança do Partido, têm de preencher os requisitos de capacitação política, técnica e capacidade gerencial face às funções designadas. Em outras palavras, ao indicar um determinado camarada, temos de ter a convicção de que ele irá exercer o cargo com rigorosa probidade administrativa e destacada competência. Da parte do camarada indicado, é necessário que ele assuma com o Partido o compromisso de desempenhar a função sob esses parâmetros e essas regras. Além disso, é preciso a consciência de que, se por um lado, a participa-

ção visa elevar a liderança e autoridade política dos camaradas indicados, tal participação deve ser instrumento para fortalecer o Partido, primar pela sua unidade política e ideológica, proporcionar seu crescimento orgânico e desenvolver um trabalho integrado com suas diversas áreas de atuação.

5º) Concluída a definição da participação do PCdoB na administração municipal, o Comitê de Goiânia deve elaborar um planejamento político de trabalho integrado e, a melhor forma de exercer um efetivo controle e avaliação da atuação dos comunistas no governo.

6º) Ao fazer as indicações temos de efetivá-las sem desmantelar os núcleos dirigentes e nem inviabilizar o funcionamento partidário. Por outro lado, seria errôneo não compreender que a participação institucional é um instrumento importante ao Partido, inclusive, para crescer e superar debilidades políticas e organizativas."

Lições do 2º turno no Rio

ANA ROCHA*

O segundo turno das eleições trouxe a surpreendente vitória de César Maia sobre Conde na capital, a vitória de Jorge Roberto em Niterói, a derrota do candidato do PDT em São Gonçalo e a vitória do irmão do Zito em Belford Roxo. Na capital e em Belford Roxo o PCdoB não indicou o voto em nenhum dos candidatos, de projetos incompatíveis com as propostas dos comunistas. A esquerda perde espaço no Grande Rio, Garotinho sofre derrotas e Zito (prefeito de Caxias pelo PSDB) amplia sua influência na Baixada Fluminense.

A vitória de César Maia aponta um novo quadro de forças na capital que terá repercussão na disputa de 2002 - Ciro Gomes passa a ter um palanque privilegiado no Rio. Significou uma importante derrota para o PFL, e desarrumou um pólo de forças em torno de Garotinho que vinha se formando com vistas à disputa presidencial. Aliás, este foi um dos fatores que levaram setores descontentes com o governo Garotinho a votar em César para derrotar o Conde e com isso breçar a consolidação desse bloco de forças para 2002. Foi um dos fortes motivos que tiraram a quase certa vitória de Conde. A ofensiva do PFL de oferecer a vice-presidência do partido a Conde alertou para o perigo do fortalecimento do PFL no Rio. Por outro

lado, o apoio ostensivo de Garotinho a Conde desagradou a esquerda e foi utilizado por César Maia para atacar a questão da segurança, ponto nevrálgico para o povo do Rio de Janeiro. Junte-se a isso erros cometidos na reta final na campanha de Conde, que o levaram a perder voto na classe média da Zona Sul e da Zona Norte, como a defesa dos apartamentos e a sua gafe de admitir que mentia menos e de desvalorizar o metrô da Pavuna, com impacto negativo na população pobre.

O resultado do segundo turno desarruma o jogo que vinha sendo montado e terá influência na composição de forças na Câmara Municipal, nas políticas para o Município e nos palanques para 2002. César Maia, que desde a campanha tentou incorporar a tinta da esquerda (suas bandeiras eram vermelhas) continua acenando para esse setor, procurando atrair lideranças, tentando inclusive renegar seu passado pefelista. Mas a marca de conservador autoritário é muito forte para ser apagada de uma hora para outra e ganhar a confiança da esquerda. No entanto, é preciso ficar atento às movimentações e aos espaços que se abrem para políticas que favoreçam à população carioca.

O resultado das eleições no Rio traz mais um alerta para a desunião e fragilização da esquerda no jogo político em curso e com vistas a 2002. Esse foi um dos fatores que fez com que o resultado eleitoral em nosso Estado ficasse na contra-



Ana: esquerda dividida

mão da onda vermelha que empolgou as grandes cidades Brasil afora, concretizando um protesto contra a política de exclusão social de FHC, derrotando o PSDB e demais partidos da base governista. É preciso que o resultado eleitoral sirva de lição para a esquerda em sua trajetória de luta em defesa do povo. O PCdoB, que sempre defendeu a unidade como chave da vitória sobre os conservadores e que deu demonstração concreta desse entendimento quando retirou a pré-candidatura de um nome destacado como o de Jandira Feghali para fortalecer um pólo com vistas ao 2º turno, continuará atuando no curso da luta, visando se fortalecer e aglutinar forças em prol dos direitos dos trabalhadores, contra a política excludente neoliberal e contra o avanço do conservadorismo no Rio de Janeiro.

*presidente do PCdoB/RJ

Princípios aborda o avanço da esquerda

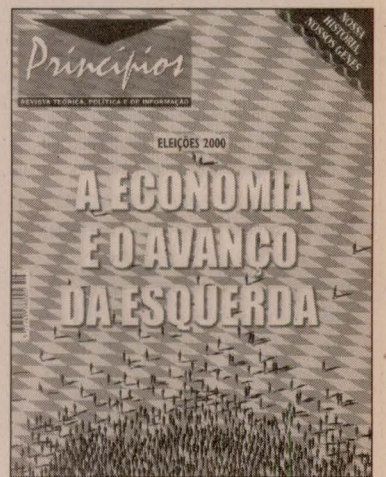
Está em circulação a revista *Princípios* nº 59 com a capa *A economia e o avanço da esquerda*, que inclui o artigo do vice-presidente do PCdoB, Renato Rabelo, *O novo quadro político brasileiro*, mostrando que das eleições municipais deste ano surge uma nova correlação de forças políticas favorável à oposição e aos partidos de esquerda.

Princípios apresenta também artigo do deputado federal Inácio Arruda (PCdoB/CE), *As cidades sem recursos*, em que discute as soluções para recuperar nossas cidades e torná-las mais dignas para suas populações.

Na pauta internacional, a edição 59 publica o texto do deputado federal Haroldo Lima (PCdoB/BA), *Embandeirada com o socialismo, a China entra no século XXI*, que enfoca a luta ideológica pela construção do socialismo dirigida pelo Partido Comunista daquele grande país.

No bloco sobre a História do Brasil, *Princípios* apresenta a parte final da seqüência de José Carlos Ruy sobre as visões do Brasil; Raul Carrion conclui sua abordagem sobre *O visconde de Mauá* e o início da industrialização brasileira; e a professora Paula Beigelman descreve as lutas dos metalúrgicos da Ford nos anos de 1998 e 1999.

A edição apresenta uma matéria especial da bióloga Verônica Bercht, *Nossa história, nossos genes*, comentando a recente pesquisa de cientistas da UFMG sobre



o DNA dos brasileiros. A pesquisa, mais uma vez, comprovou que a ciência não autoriza a tese da existência de raças humanas. Sob o título *Ciência e resistência*, a revista traz a palestra do físico José Leite Lopes na Reunião Anual da SBPC, realizada em julho último.

A revista enfoca ainda elementos de nossa cultura, com o documento da deputada federal Iara Bernardi (PT/SP) sobre o projeto de lei do deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP) que defende nosso idioma. Fábio Palácio escreve sobre a Mostra do Redescobrimiento, e Anselmo Pessoa Neto analisa a obra Caetés, de Graciliano Ramos.

Assinaturas e vendas: Fundação Maurício Grabois, (R\$ 8,00 o exemplar), R. Monsenhor Passalacqua, 158, CEP 01323-010, São Paulo - SP, Telefax: (11) 289-1331, correio eletrônico: livraria@amitagariabaldi.com.br.

MOVIMENTO

A juventude nas eleições 2000

MARCUS VINÍCIUS SANCHEZ
LIMA (MARQUINHOS)*

A juventude teve papel importante nessas eleições, participando ativamente dos comitês de campanha. O destaque ficou para a União da Juventude Socialista - UJS.

No calor do 10º congresso da UJS, realizado em maio de 2000 na cidade de Ouro Preto (MG), aprovamos nossa participação nas eleições de 2000, preparando nossa já tradicional plataforma juvenil que prioriza o primeiro emprego e a bolsa trabalho, principais propostas da campanha "Sem emprego não dá, fora FHC!"

O tema do primeiro emprego virou pedra de toque de todas as campanhas dos nossos candidatos. Nossas propostas de políticas públicas para a juventude tiveram como eixo a garantia dos direitos e novas conquistas, e a participação nas administrações populares via conselhos, fóruns e espaços institucionais. Aprovamos também como centro nossa participação de forma organizada nos comitês dos candidatos proporcionais e majoritários com materiais próprios e atividades vinculadas às agendas das candidaturas. Entre os candidatos que apoiamos vários são filiados à UJS.

Os candidatos jovens

Mais de 50 filiados à UJS ou militantes vinculados às lutas juvenis saíram candidatos a vereador e a prefeito pelo país afora, na sua maioria pelo PCdoB. Destes, uma dezena se elegeu. O destaque foi a eleição de Paulo Fonteles (PCdoB/PA), membro da Direção Nacional da UJS, que se sagrou o vereador mais novo da histórica capital paraense. Outro destaque, mesmo não eleito, foi Paulo Shetara (PCdoB/SP), também membro de nossa Direção Nacional. Ele foi candidato em Campinas, onde mobilizou milhares de jovens e expressões culturais do hip-hop como os manos do GOG, Face da Morte e Realidade Cruel. Shetara teve uma expressiva vota-

ção: 3.200 votos. Marcelo Ramos (PCdoB/AM), ex-membro de nossa Direção Nacional, também se destacou em uma campanha que mobilizou diversos segmentos juvenis desde estudantes universitários até grafiteiros e jovens do movimento popular de bairros. Foi o candidato mais votado da coligação em Manaus, mas esta não atingiu o quociente eleitoral.

Mesmo com dificuldades materiais e pouca experiência em processos eleitorais, nossa jovem militância teve papel destacado no primeiro turno, participando de forma organizada nos comitês de campanha, apresentando propostas e reunindo milhares de jovens. Devemos destacar nossa participação em cidades importantes como Porto Alegre e Passo Fundo (RS), Florianópolis (SC), Curitiba (PR), São Paulo e Campinas (SP), Contagem e Viçosa (MG), Goiânia (GO), Aracaju (SE), Recife (PE), Natal (RN), Fortaleza (CE), Belém (PA), Manaus (AM), entre outras.

A UJS marcou com sua irreverência o primeiro turno, com materiais próprios, como adesivos temáticos em Porto Alegre e Goiânia; atividades como em Florianópolis, na qual uma drag queen saiu de dentro de um bolo no lançamento de nossa plataforma juvenil; os karaokês em Curitiba; Marta Suplicy assooprando as velinhas do bolo de aniversário da UJS em São Paulo; os shows de hip-hop em Campinas; os outdoors em Contagem; a votação do jovem vereador "Che", do PCdoB de Viçosa; um festival de bandas de rock em Aracaju; os cursos de boca de urna em Natal; a campanha nas universidades em Belém; os grafiteiros e os jovens do movimento popular de bairros em Manaus. Isto vai ficar marcado na lembrança de milhares de jovens.

A goleada do segundo turno

Depois de ter ajudado a eleger muitos vereadores e prefeitos comprometidos com os interesses da juventude, e ajudar a levar outros para o segundo turno, a



Jovens participam da campanha de Luciana em Olinda (PE)

UJS chegou em seu melhor momento na campanha participando de forma decidida, disciplinada e criativa. Demos nossa parcela de contribuição na vitoriosa campanha das oposições em nosso país.

A UJS reuniu-se com os candidatos das frentes que apoiava, discutiu propostas e seu papel neste novo momento da campanha e caiu em campo. Vale destacar nossa participação em duas cidades. Em Fortaleza a UJS tomou as ruas com muito visual, montou barracas para cadastrar fiscais, fez várias reuniões e plenárias. Muitos jovens viram em nossa organização a juventude mais consciente e combativa, e vários se filiaram já no processo eleitoral.

Na cidade do frevo e da Revolução Praieira, a bela Olinda,

a UJS jogou importante papel. A estrela principal foi a jovem Luciana Santos, que sempre gosta de fazer referência à sua militância na UJS, no início dos anos 90. Nossa organização juvenil foi revelação, filiando muitos jovens, com material, atividades e comitê próprios. A atual prefeita Jacilda Urquiza entrou em pânico chegando ao ponto de em um debate na televisão inventar mentiras sobre a UJS e forjar uma invasão ao seu comitê de juventude tentando nos responsabilizar.

Lançamos o slogan "Xô Jacilda! Sou + Luciana" por toda cidade, nas casas, nos carros, no comércio, nos transportes alternativos, na forma de camisetas e cartazes. Onde a prefeita derrotada passava se ouvia o coro de "Xô Jacilda!". Mesmo tentando judicialmente recolher

nosso material, o poder judiciário entendeu que a UJS é uma organização autônoma e autorizou o uso do tão falado "Xô!"

E agora ?

Quem pensa que a batalha acabou está enganado. Conseguimos apenas dar os primeiros passos na difícil tarefa de participar organizadamente do processo eleitoral. Filiamos muitos jovens, influenciando outros tantos, precisamos desde já discutir com novos e antigos filiados nossas próximas atividades na luta contra FHC e sua gangue, na luta em defesa dos direitos, de novas conquistas e por maior participação da juventude pelo país afora.

* secretário-geral da UJS

Pós-graduandos realizam congresso

FÁBIO PALÁCIO*

Realizou-se de 1 a 5 de novembro, no Campus Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o XV Congresso Nacional de Pós-graduandos, promovido anualmente pela Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG). A entidade que representa em nível nacional os estudantes de especialização, mestrado e doutorado. Com o tema central "Pós-graduação no Brasil Hoje: Avanços ou Retrocessos?", o Congresso reuniu cerca de 100 pessoas, sendo 70 delegados indicados pelos estudantes de mais de 25 centros de pós-graduação - a maioria nas regiões Sul e Sudeste.

As mesas do Congresso reuniram diversas personalidades da área educacional, científica e tecnológica, como o escritor Pablo Gentili, o deputado Gilmar Machado

(PT/MG) - presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados -, a reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Wrana Panizzi - representante do Fórum de Reitores do Mercosul -, além de representantes do Ministério da Educação e Cultura, do movimento docente e do Fórum de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP).

Entre os principais temas debatidos estavam a questão da autonomia universitária - na qual a ANPG adotou posicionamento favorável à auto-aplicabilidade do artigo 207 da Constituição; o estágio obrigatório em docência para os pós-graduandos; o famigerado "mestrado profissionalizante", que ameaça desfigurar o perfil de pesquisa do sistema brasileiro de mestrados; as desigualdades regionais no sistema nacional de Ciência & Tecnologia (C&T); a Lei de Pós-graduação em tramitação na Comissão de Educação da Câmara

dos Deputados, e o problema do financiamento da pesquisa e da pós-graduação - com ênfase na proposta governamental dos "fundos setoriais", que representa grave ameaça ao financiamento público da pesquisa científica em nosso país.

Participação da UJS

A União da Juventude Socialista participou do Congresso encabeçando a tese "Resistência - Em Defesa da Educação e da Ciência", apoiada por mais de 30 delegados, mais de metade deles da PUC/SP. A tônica da tese era a necessidade da união de todos os pós-graduandos no combate ao desmonte da educação e da C&T, promovido pelo governo neoliberal de FHC.

Já os setores esquerdistas presentes ao Congresso, sem compreender a importância da unidade de todos os pós-graduandos, tentavam de todas as formas isolar a

bancada da PUC/SP (a maior do evento), usando para isso propostas como "bolsas de pós-graduação só para instituições públicas". Propostas desse tipo eram replicadas com o argumento de que também as universidades comunitárias desenvolvem pesquisas de alta relevância social.

Derrotado na discussão central do Congresso e no intuito de isolar a delegação da PUC/SP, o bloco esquerdista partiu para a tentativa de desqualificar a vitória da tese "Resistência", abstendo-se de indicar quaisquer nomes para a direção da entidade, numa atitude irresponsável e desrespeitosa. A exceção ficou por conta da corrente petista "O Trabalho", que compôs a chapa "Unidade para Derrotar FHC" e elegeu dois diretores. A chapa "Resistência" sagrou-se então vitoriosa, com 80% dos votos válidos.

Ao final, Felipe Chiarello

(PUC/SP) foi reeleito o único coordenador geral da entidade (na gestão anterior eram dois), e 8 das 10 diretorias ficaram com a chapa "Resistência". Participaremos da gestão através dos diretores Marcelo Laia (regional sudeste II - UFV), Francineide Pires (regional sudeste I - PUC/SP), e José Eduardo Silva (dir. de eventos - UFF).

São dois os objetivos centrais da UJS no movimento: fortalecer a entidade maior dos pós-graduandos, construindo-a nas lutas contra o desmonte da Educação e da C&T, e, a par disso, continuar crescendo como corrente organizada no movimento de pós-graduandos - de grande importância para a luta de idéias e para uma melhor atuação dos comunistas nas diversas áreas acadêmicas.

* Diretor Nacional de C&T da UJS

MOVIMENTO

Este jogo não é um a um

ALDO REBELO*

Há pouco mais de um ano, apresentei à Câmara dos Deputados um requerimento de uma Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de apurar a regularidade do contrato da Confederação Brasileira de Futebol – CBF – com a multinacional norte-americana Nike, firmado em 1996. Algumas cláusulas do contrato, com validade até 2006, violam os princípios que regem o desporto nacional, expressos na lei nº. 9.615, a Lei Pelé.

Entre tantos pontos estranhos denunciados naquela ocasião em reportagens do jornalista Juca Kfourri, o que mais chama atenção é o fato de que a CBF cede à multinacional parte de seu controle sobre a seleção brasileira. Além de oferecer à Nike o “time de futebol de primeira linha” para um mínimo de 50 jogos a serem organizados pela multinacional (inclusive a escolha dos times que irão competir), concorda em não disputar amistosos na Europa, nos Estados Unidos, no Japão e na Coreia do Sul, caso a Nike pretenda realizar nesses locais um de seus amistosos no mesmo ano.

A CPI foi instalada agora. Para que possa, entretanto, produzir os

resultados que dela se espera, é fundamental que vá além da investigação do contrato entre a CBF e a Nike.

Em qualquer país do mundo onde o futebol é um esporte popular se encontrará brasileiro jogando, e brilhando, nos principais times. O que se pergunta é como esse futebol que gera talentos fracassa de maneira tão vexatória nas Olimpíadas de Sydney e apresenta, até o momento, um desempenho pífio nas eliminatórias da Copa do Mundo, tendo já perdido para o Chile e para o Paraguai.

Como o País do Futebol não consegue ter um calendário de jogos minimamente organizado? Troca-se o Campeonato Nacional, o evento mais importante do esporte no país, por uma copa, a João Havelange, que sequer tem critérios de ascensão e rebaixamento dos times. Como no país em que o futebol é uma paixão os estádios estão vazios e os clubes financeiramente inviabilizados?

Os principais jogadores estão fora do país. Num passado não muito remoto, astros como Pelé, Tostão, Rivelino, Ademir da Guia, Mané Garrincha, entre tantos outros, começaram e terminaram suas carreiras jogando no Brasil. Os jogadores mais talentosos também ganhavam dinheiro, do mesmo modo que

um pintor, um cantor, um escritor ou um músico de talento e renome internacional podiam ganhar. Hoje, o futebol é só negócio. O clube tem patrocínio, o jogador tem patrocínio, a camiseta tem patrocínio, a chuteira tem patrocínio, a bola tem patrocínio, o estádio tem patrocínio, a transmissão tem patrocínio, a CBF tem patrocínio. Mas os estádios estão vazios e os torcedores vêem bestificados seus clubes do coração transformarem-se em entrepostos comerciais de compra e venda de jogadores. Um grande clube brasileiro, no período de um ano, comprou e vendeu os passes de mais de cem atletas.

O futebol consolidou-se no Brasil como paixão popular. À medida, entretanto, que foi transformado somente em mercadoria, perdeu dimensões importantes da sua sustentação como um bem popular. Como o que passou a ser importante foi ganhar dinheiro em grande quantidade e grande intensidade, até os meios para atingir esses fins passaram a importar pouco. Daí o surgimento de escândalos envolvendo jogadores, técnicos e dirigentes.

A pauta da CPI deve ser abrangente e buscar um diagnóstico das causas profundas da crise e do impasse atual do futebol brasileiro e



José Trajano, Aldo Rebelo e Juca Kfourri que fala à CPI

procurar oferecer respostas e saídas. Respeitado o caráter privado da CBF, é preciso que o poder público exerça seu papel fiscalizador na entidade. A Lei Pelé estabelece que o futebol é patrimônio cultural do país e tem fins educativos. A CBF está investida de uma missão pública, social. Deve responder à sociedade por seus atos e ser constrangida a cumprir seu papel, uma vez que sua ação é, em parte, regida por lei federal.

O poder público tem sua responsabilidade. É conivente com a especulação imobiliária que transforma os bairros populares em paisagens áridas, sem verde, sem

praça, sem campo para esportes. Até nas escolas e nos conjuntos habitacionais construídos com dinheiro público prevalece o descaso. Só 18% das escolas públicas do país têm quadras de esporte, mas deveriam ser, juntamente com os campos de várzea e os clubes de todo tipo, um espaço natural para a iniciação e a prática do futebol. É preciso, enfim, que a prática esportiva seja encarada com mais seriedade, em virtude do importante papel que desempenha na formação do cidadão.

*deputado federal PCdoB/SP e presidente da CPI da CBF-Nike

IBGE declara que pardo é negro

SÉRGIO BUARQUE DE GUSMÃO

É branco ou negro? Segundo um estudo feito no IBGE pelos demógrafos Juarez de Castro Oliveira e Nilza de Oliveira Martins Pereira, todos os brasileiros pertencemos a um desses dois grandes grupos de cores. O estudo concluiu que os brasileiros dividem-se em 47,8% de negros e 51,8% de brancos (os 0,4% restantes são amarelos e índios). Os dados foram extraídos dos últimos Censos – 1980 e 1991 – e usados pelos demógrafos como demonstração de que aumentou o número de pessoas que se dizem negras no Brasil.

Trata-se de um engodo estatístico-racial. O estudo incluiu os pardos no grupo dos negros. É caso de fusão invulgar em que o menor engole o maior. Segundo o Censo de 1991, apenas 5,01% dos brasileiros se declararam pretos, mas 42,6% foram classificados como pardos.

O estudo leva o título *População jovem no Brasil: a dimensão demográfica*. “As categorias relativas à cor das pessoas contempladas nesta análise são branca, negra (formada pelos pretos e pardos) e outras que inclui os indígenas e os orientais”, diz o estudo. O número relativo de brancos diminuiu e o de negros cresceu mediante a inclusão dos pardos.

O estudo chega à conclusão de que “de 1980 para 1991, a população branca reduz sua representação na população total do país, ao passar de 54% para 51,8%. Em contrapartida, ganha participação a população negra, cujos percentuais são de 45% e 47,8%, respectivamente, em 1980 e 1991”.

O quesito “cor” sempre foi problemático nos censos do IBGE. Durante muitos anos, era o recen-

seador quem definia a cor do recenseado, mas, a partir de 1980, a resposta passou a ser de responsabilidade dos entrevistados (no Censo de 2000, o entrevistador não pergunta mais a cor). Aparentemente, a fórmula não eliminou as distorções. Segundo o Censo de 1991, a população brasileira é formada de 51,75% de brancos; 42,6% de pardos; 5,01% de pretos; 0,43% de amarelos; e 0,2% de indígenas. O IBGE explica seu critério: “Cor ou Raça” é a “característica declarada pelas pessoas de acordo com as seguintes opções: branca, preta, amarela, parda ou indígena”.

É visível que o país não tem apenas 5% de pretos e tampouco o excessivo número de 52% de brancos. Mas daí a considerar pardo como negro são outros quinhentos. São mestiços, como o próprio IBGE classifica em seus questionários. A faixa da população que não se declara branca, preta, amarela ou índia é especificada como “mulata”, “mestiça”, “cabocla”, “mameluca”, “cafuza” e “etc”. Afora o IBGE dever uma explicação sobre o que é a faixa “mestiça”, numa classificação que exhibe os produtos concretos da miscigenação, como as populações mulata e cabocla, fica claro que a totalidade dos pardos não pode ser enfiada no grupo dos negros – com a exceção do subgrupo dos mulatos.

Os mulatos são descendentes diretos de negros e brancos. A maioria dos pardos não partilha essa ancestralidade, a começar dos caboclos que descendem de índios e brancos. Quando os negros começaram a chegar ao Brasil, em meados do século XVI, os mamelucos eram a maioria da população depois dos índios – índios que o escrívão Pero Vaz de Caminha chamava de pardos. O colonizador, solitário, e atraí-

do pela libido das cunhãs, procriava como coelho. O pitoresco Caramuru (1475-1557) e a índia tupinambá Paraguaçu fundaram duradouras linhagens caboclas, como os Moniz e os Garcia D’Ávila.

Os caboclos sofreram forte discriminação racial e social – tornaram-se sinônimos de indolentes e parvos. Nunca foram brancos, nunca foram negros. Sempre foram pardos.

Feita a manipulação, os dois pesquisadores do IBGE buscaram uma explicação política para o suposto crescimento do número de negros entre os dois últimos censos. “É importante mencionar que o Censo Demográfico 1991 foi acompanhado por uma forte campanha por parte dos movimentos de conscientização da raça negra junto à sociedade. Estes valores podem estar refletindo que a campanha empreendida, em alguma medida, teve êxito”, diz o estudo. É outra falsidade. O número de pessoas que se declararam pretas caiu de 5,54% em 80 para 5,01% em 91.

Classificar todo pardo como negro faz parte do equívoco multiculturalista. É um artifício, num país racista, para valorizar a causa negra. Um mau efeito desse equívoco consiste na desvalorização da miscigenação predominante no Brasil. O movimento negro e os demógrafos do IBGE costuram um retrocesso bipolar de “raças”, como fazem os norte-americanos. A luta prioritária dos negros é afunilada à cor da pele, faz-se contra os brancos, não contra o sistema econômico e social injusto. O professor Mário Maestri apontou a pequenez desse radicalismo racial: “Trata-se essencialmente de tornar mais negro o capitalismo brasileiro”.

“Mestiço é que é bom”, procla-

mava o antropólogo Darcy Ribeiro, escorando-se em sua autoridade intelectual e moral para caminhar no fio da navalha com uma exaltação que, mal interpretada, corre o risco de ser vista como racista. Quase todo brasileiro, carrega genes dos índios e dos negros, de acordo com pesquisa realizada pelo geneticista Sérgio Danilo Pena na Universidade Federal de Minas Gerais. O estudo demonstrou que até entre nos brancos há mais genes de índios (32%) do que de negros (28%).

Em entrevista ao repórter Marcelo Duarte, na Folha de S. Paulo, em 3 de julho de 2000, o Dr. Pena apresentou uma lição certa aos que querem engrossar suas fileiras (e atrair verbas para suas ONGs(...)) manipulando a cor da pele da população. Não falava diretamente disso, mas de “uma coisa que as pessoas têm certa dificuldade de entender: a inexistência de raças não é que todo mundo é igual. É que todo mundo é igualmente diferente”.

ASSINE

A CLASSE OPERÁRIA

Rua Adoniram Barbosa, 53, CEP 01318-020, São Paulo - SP
Tel.: 0__11 3104-4140 Correio eletrônico: classeop@ruralsp.com.br

15 edições = R\$ 15,00

Pagamento:

<input type="checkbox"/> Cheque nominal	<input type="checkbox"/> Cartão nº
<input type="checkbox"/> Dinheiro	Validade
<input type="checkbox"/> Vale postal nº	<input type="checkbox"/> Depósito na conta
	Ag.0251
	C/C 48676-7, Banco Itaú

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

CEP: Estado:

Data de nascimento: / /

Tel.: ()

Profissão: **CDM**

Correio eletrônico: **Centro de Documentação e Memória**

Data da assinatura: **Fundação Maurício Grabois**

INTERNACIONAL

Crescimento da economia cubana mostra vitalidade do socialismo

MIGUEL URBANO RODRIGUES

Neste ano a maioria dos países da América Latina enfrenta crises de uma gravidade crescente. No Peru, na Bolívia, no Equador, na Argentina, no Paraguai, na Argentina, na Nicarágua, na Guatemala, em Honduras as tensões sociais, inseparáveis das políticas de ajuste econômico impostas pelo FMI, podem levar a rupturas de conseqüências imprevisíveis. Na Colômbia a intervenção norte-americana ameaça vietnamizar a guerra civil. Neste panorama sombrio, Cuba é uma exceção. Cercada, vítima de um bloqueio irracional, sem ajuda de organismos internacionais, a Ilha apresenta a mais alta taxa de crescimento econômico do Continente.

Em recente entrevista à televisão, Carlos Lage – vice presidente do Conselho de Estado e secretário do Conselho de Ministros – apresentou um interessante e bem documentado balanço do desempenho global do país. No último quinquênio a economia cubana cresceu a uma média anual de 4,4%, de longe a mais alta da América Latina. No ano corrente, não obstante o brutal aumento do preço mundial do petróleo, o crescimento do PIB no primeiro semestre atingiu a taxa recorde de 7,7%.

Vale a pena citar alguns números que Lage revelou. A indústria açucareira cresceu 18%; a produção de hortaliças 42% e a de tubérculos 25%; o turismo 6%. A expansão no setor de petróleo é particularmente dinâmica. Cuba no início do período especial produzia apenas 500 mil toneladas de petróleo. Este ano a produção conjunta de petróleo e gás natural deverá atingir 3.400 mil toneladas e no próximo ano excederá os 4 milhões de toneladas. Dentro de dois anos 90% da eletricidade do país será gerada com combustíveis nacionais. O abastecimento domiciliário com gás natural será em breve uma realidade. Em 1994, a situação energética era alarmante. O país tocava no fundo do poço. Recorde um verão terrível em que

os apagões duravam de 12 a 14 horas diárias. A luz desaparecia inesperadamente para voltar não se sabia quando. Hoje a situação é de normalidade. Acabou o racionamento de eletricidade, embora o Estado apele à moderação do consumo.

Os "milagres" cubanos não caíram do céu; foi o povo que os tornou possíveis, pela forma como respondeu coletivamente às duras exigências impostas pelo período especial.

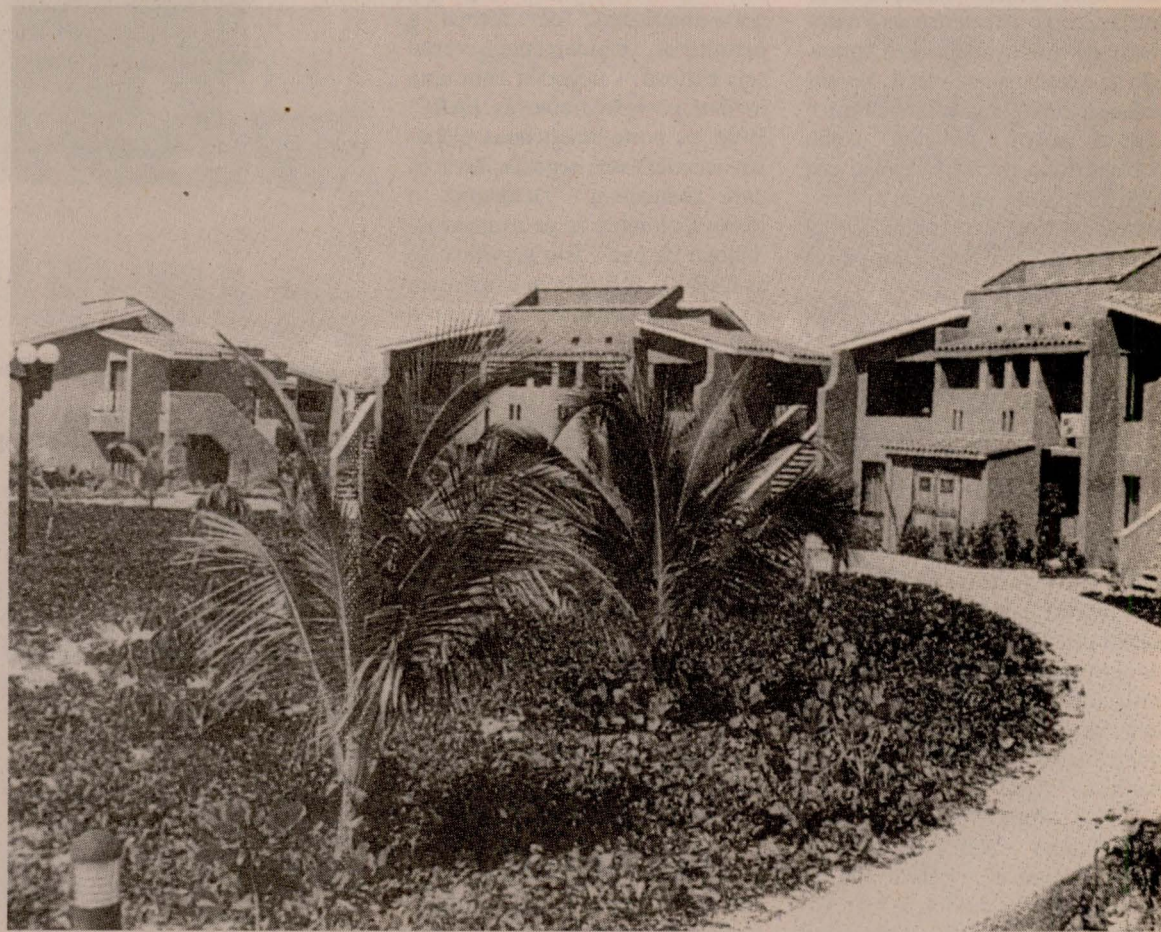
Alguns exemplos. Em quase todos os ramos da indústria, a principiar pela açucareira, produz-se hoje mais com menor gasto de combustível. No setor de hortaliças e batatas obtém-se o dobro da produção com 58% do combustível utilizado há 5 anos. No caso do níquel – segundo item nas exportações – o rendimento por tonelada no minério processado era de 64%; agora é de 73%.

Em 1995 o total dos subsídios estatais a empresas deficitárias foi de 1.400.000 pesos; em 1999 desceu para quase a metade.

Os detratores de Cuba recorrem com freqüência ao argumento de que os êxitos obtidos na área do turismo são devidos aos estrangeiros que teriam adquirido o controle hegemônico do setor. Estamos perante uma grosseira inverdade. Apenas 11% do total de quartos dos hotéis é de propriedade de empresas mistas. Os restantes 89% pertencem ao Estado.

O que mais impressiona na recuperação cubana não é, entretanto, o aumento regular do PIB. O crescimento econômico não reflete necessariamente o avanço de uma sociedade, não garante por si só o desenvolvimento social.

É importante crescer. Mas se a riqueza acumulada é mal distribuída o aumento do PIB pode inclusive ser acompanhado de um alargamento do fosso social e no alastramento da pobreza, como acontece nos EUA, na União Européia e no Brasil. Em Cuba, em pleno período especial, a recuperação traduziu-se em qualidade de vida, em melhoras na educação, na saúde, no esporte, na



A indústria do turismo tem grande desenvolvimento entre os cubanos

oferta cultural, no aumento dos magros salários compatíveis com a situação do país.

Os serviços telefônicos foram modernizados e o seu funcionamento melhorou consideravelmente. O tempo de emissão dos dois canais de televisão aumentou 25% desde 96. Apesar de uma enorme penúria de materiais estão a ser construídos anualmente uns 50 mil fornos. Foi preciso recomençar quase do zero, porque a carência de cimento e ferro paralisou praticamente o setor quando as importações da Rússia e dos países da Europa Oriental cessaram.

No quinquênio findo, a produtividade do trabalho aumentou 3,2%. Sem esse esforço a recuperação não teria sido possível.

Presentemente, 60% dos trabalhadores do setor produtivo têm os salários vinculados aos resultados da produção. O balanço é animador. Mais de 70% dos trabalha-

dores nessas condições receberam aumentos salariais entre 15% e 50%. Uma percentagem crescente de trabalhadores está também recebendo estímulos em divisas, que lhes permitem adquirir produtos que não podem ser obtidos com a moeda nacional. Hoje são já 1 200 mil, mas o seu número aumenta rapidamente.

Os indicadores econômicos cubanos, pela sua pequenez, não impressionam de modo geral os analistas dos grandes media internacionais.

É preciso conhecer Cuba para se avaliar o que significa aqui aumentos salariais e estímulos que aritmeticamente são irrisórios.

Em vez de converter mentalmente pesos em dólares e sorrirem quando verificam que os salários cubanos oscilam entre 6 e 30 dólares por mês, esses analistas deveriam meditar sobre o significado de outros indicadores. Tentar, por exemplo, entender como pode Cuba dispor de 66.000 médicos, apresentar uma mortalidade infantil de 6 por mil, uma esperança de vida de 75 anos. Tentar perceber como foi possível transformar o povo cubano no mais instruído do Continente. E por que apresenta a Ilha o índice mais baixo de violência da América e o menor número de pessoas contaminadas pela Aids?

A resposta a perguntas como essas ajudaria certamente os políticos que criticam Cuba sem nada saber da sua vida profunda, a compreender como foi possível à Ilha sobreviver à desagregação da URSS e iniciar com êxito uma recuperação que de Washington a Londres era considerada impossível.

Não cabe neste artigo uma análise da estratégia das reformas econômicas e financeiras que permitiram a Cuba um crescimento do PIB superior ao de qualquer

país da América Latina.

Enganam-se, porém, aqueles que falam de abandono do socialismo. Foi, pelo contrário, a fidelidade aos princípios do marxismo que tornou possível a recuperação em curso.

A economia "já não é planificada com base na atribuição de recursos materiais, mas sim de uma planificação financeira (...). Houve uma descentralização do funcionamento da economia (...). As empresas no fundamental são responsáveis pela sua produção, pelo mercado, pela importação dos recursos que lhes garantem a produção. É uma mudança importante".

O "aperfeiçoamento empresarial" de que tanto se fala não teria produzido efeitos positivos sem a participação militante dos coletivos de trabalhadores.

Os economistas e sociólogos das grandes universidades norte-americanas deixam transparecer alguma perplexidade perante a estratégia da recuperação cubana. Essa atitude é compreensível. O que se passa em Cuba oferece um desmentido límpido às categóricas afirmações dos ideólogos da Casa Branca sobre a inviabilidade do socialismo no mundo de amanhã.

Enquanto a aplicação rígida das receitas neoliberais está a empurrar quase todos os países da América Latina para a ruína, a miséria e o caos político e social, a recuperação cubana constitui um exemplo muito incômodo. E por quê? Precisamente por demonstrar que um pequeno país, hostilizado até ao absurdo pela maior potência do planeta, consegue promover o desenvolvimento e a qualidade de vida, sem renunciar ao seu projeto socialista, na fidelidade aos princípios e valores do marxismo.

Luta por unidade e mudança na Argentina

O Partido Comunista da Argentina realizou, no início de novembro, seu 21º Congresso, em Buenos Aires. O Congresso contou com a participação de 212 delegados de 23 províncias (Estados) – o país tem 24 províncias – e foi assistido por 13 delegações internacionais, inclusive do Partido Comunista do Brasil, representado por João Batista Lemos.

Segundo Batista, o Congresso aconteceu "em meio a uma grave crise política, econômica e social, decorrente da subordinação do país aos interesses do capital financeiro e aos ditames do Fundo Monetário Internacional. A Argentina perdeu competitividade internacional e o desemprego é crescente. Os trabalhadores reagem, realizando manifestações e protestos. Os setores progressistas e democráticos apoiaram De la



Patricio Echegaray, secretário do PC da Argentina

Rua para derrotar o esquema do ex-presidente Menem, mas De la Rua ajustou-se à orientação neoliberal". A mensagem do PCdB, levada ao congresso por João Batista, enfatiza que a luta dos comunistas argentinos contra o neoliberalismo "constitui uma

importante contribuição ao combate de todos os povos latino-americanos ao imperialismo estadunidense". O Congresso reconduziu Patricio Echegaray à secretaria geral do PCA e aprovou o documento "É tempo de esquerda, unidade e mudança".

INTERNACIONAL

A situação política da Colômbia

CARLOS FLANAGAN*

As ditaduras fascistas da América Latina, na década de 1970, tiveram como características o terrorismo de Estado adaptado à aplicação da estratégia neoliberal. Nossos países foram o grande laboratório e nossos povos serviram como cobaias dessa estratégia global que logo foi aplicada na Europa e no restante do mundo; a essa altura, já sem o contrapeso da URSS e dos países do Leste europeu.

A Colômbia foi uma exceção, do ponto de vista institucional. Foi um dos poucos países em que não foi rompida a ordem institucional. Se nos aprofundarmos na análise, essa aparente contradição desaparecerá. Para o imperialismo não foi necessário anular tal ordem, na medida em que a "institucionalizada" alternância dos partidos Conservador e Liberal já garantia a aplicação dessa estratégia neoliberal e do terrorismo de Estado, como um instrumento das classes dominante em sua luta contra o movimento guerrilheiro mais antigo do Continente, as FARC.

Nos últimos 30 anos foram assassinadas – sem mencionar as ações de combate – mais de 300 mil pessoas, vítimas das forças repressivas da polícia e do Exército e seu "alter ego", os grupos paramilitares. Desse modo foram massacrados os militantes do PC Colombiano e seus aliados da União Patriótica e outras forças políticas de esquerda legais, os ex-guerrilheiros do M19, militantes sindicais, sociais e ativistas pelos Direitos Humanos.

A aplicação dessa estratégia neoliberal – com o conseqüente desmembramento do aparato produtivo, somado à tremenda incidência de capitais do narcotráfico na economia do país com a decorrente corrupção – gerou, por um lado, desemprego, marginalização e exclusão social crescentes e, por outro, o fortalecimento e avanço da guerrilha, em particular das FARC.

O desemprego ultrapassou os 20%. Em função da guerra, somam mais de um milhão as pessoas desalojadas de seus locais de origem para as cidades, ou para os países vizinhos. As importações de produtos agrícolas aumentaram em 90% com péssimas conseqüências para os camponeses. O investimento estrangeiro caiu de US\$ 6, 7 bilhões, em 1997, para menos de US\$ 60 milhões, este ano.

Hoje, as FARC passaram a ser um verdadeiro exército regular – com mais de 20 mil efetivos organizados em 70 frentes –, que controla 40% do território do país. Tanto o governo quanto o alto comando do Exército e o governo norte-americano estão conscientes em relação ao fato de não poderem derrotar militarmente as FARC, nas atuais condições. Ao contrário, perdem terreno dia-a-dia.

Por esse motivo, o presidente Pastrana cumpriu uma de suas promessas eleitorais de campanha: acelerar o processo de aproximação das FARC com o fim de negociar as condições para o diálogo. Objetivo esse colocado em marcha no mês de janeiro de 1999 na zona de San Vicente del Caguán, onde foram disponibilizados cinco municípios.

Atualmente, avançou-se muito

pouco nesse diálogo. Evidentemente, o governo colombiano quer ganhar tempo, e necessita, para empreender uma ofensiva militar com um maior apoio logístico norte-americano, de forma a permitir-se, rapidamente – caso seja exitoso –, negociar com uma melhor posição frente às FARC. Hoje, os norte-americanos planejam atenuar essas negociações com uma chantagem: "Deteremos o Plano Colômbia se se avançar no diálogo de paz". Isto significa: se as FARC se resignarem e firmarem a paz sob as condições do governo colombiano.

Pastrana propôs para esse diálogo:

a) um cessar fogo imediato (as FARC têm a iniciativa militar e estão infligindo severas derrotas ao Exército.). Há tempos, as FARC haviam estabelecido a disposição de cessar fogo uma vez que tivessem sido discutidos 80% dos pontos da pauta de diálogo. Diante da ofensiva política do presidente, as FARC responderam estar dispostas a fazê-lo agora, sempre e quando o governo estiver disposto a desarmar seus grupos paramilitares. Diante disso, Pastrana reduziu, rapidamente, o alcance da sua "proposta pública";

b) combater o narcotráfico e as plantações de cocaína. Assim, o presidente justifica que o Plano Colômbia não tem objetivos militares mas sim sociais, ao desinfetar essas plantações para eliminá-las. As FARC repudiam essa falácia e estão de acordo com a necessidade de eliminar essas plantações. Mas não desejam que as mesmas sejam desinfetadas com um produto proibido nos EUA, em fase experimental, em razão das conseqüências imprevisíveis para o ecossistema e os seres humanos (um novo NAPALM, ou gás laranja, que afetou os vietnamitas e os próprios soldados que os lançaram). Concretamente, a proposta é desocupar um município que vive apenas do cultivo de coca (Cartagena do Chairá), substituindo-o por plantações produtivas. Para isso, seria preciso garantir aos camponeses a renda necessária para comprar sementes e maquinário e, além disso, um efetivo canal de comercialização, que abastecesse os países, que são principais mercados consumidores de cocaína e heroína (os EUA em primeiro lugar e outros países europeus).

Crônica de uma intervenção anunciada

O Plano Colômbia tem vários objetivos. Sob o pretexto de combater o narcotráfico, na realidade prepara-se para derrotar as FARC; enfraquecer todas as organizações populares da região e do Continente, a Revolução Cubana e o novo governo da Venezuela; e dominar a zona estratégica da Amazônia. Enfrentar o Plano Colômbia, divulgar seus verdadeiros objetivos e lutar por uma solução política de diálogo na Colômbia é o nosso dever e de todas as forças revolucionárias e progressistas da América Latina e do Caribe, sem exceção.

Nos últimos anos, os EUA adotaram o combate ao narcotráfico como desculpa para intervir na política interna de outros países, chegando à intervenção militar direta (Somália, Líbia, Panamá etc.). Além disso, se apropriaram



José Reinaldo, do PCdoB, no ato contra o Plano Colômbia

Ato em São Paulo contra o Plano Colômbia

FERNANDO GARCIA DE FARIA

No dia 14 de novembro foi realizado ato Contra o Plano Colômbia, pela Paz e Soberania na América Latina, por iniciativa do Núcleo da UJS PUC-SP e das Associações de Professores, Pós Graduandos e Funcionários no Teatro da PUC-SP (TUCA). A mesa foi composta por Wadson Ribeiro (presidente da UNE), Orlando Silva Jr. (presidente da UJS), o deputado Renato Simões (PT), Cledson Mendes (diretor estadual do MST), Julio Hector Marin (Foro São Paulo), José Reinaldo de Carvalho (secretário de Relações Internacionais do PCdoB), Olivério Medina (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), professor Pietro Alacon (PC Colombiano), além do PCB, Associações de Professores e Pós Graduandos da PUC-SP. Foi abordada a ameaça imperialista que caracteriza o Plano Colômbia. "Os EUA estão de olho na Amazônia brasileira, temos de nos unir e denunciar", enfatizou José Reinaldo. No final, a plateia emocionada ouviu o discurso do representante das FARC: "a situação econômica da Colômbia está calamitosa, o

do direito de dar "certificados" a países como os da zona andina; o México, sob essas condições, estaria (a seu exclusivo critério) combatendo o narcotráfico eficientemente. Com base nessas apreciações, aprovam, ou não, ajuda financeira dos organismos internacionais de crédito, numa grosseira violação da soberania dos países.

Esse pretexto também tem servido para montar um verdadeiro "Plano Condor II". Nesta época de governos democráticos na região, utilizam-se dos encontros pan-americanos de ministros da Defesa para ir preparando os organismos de inteligência para a vigilância e levantamento de dados de partidos de esquerda e de movimentos sindicais e sociais. Assim, ficou configurada uma verdadeira "diplomacia paralela", à margem do controle de embaixadas ou parlamentos. A ocultação do item 6 das resoluções da primeira reunião desse tipo, realizada em Williamsburg (EUA), pelo nosso ministro da Defesa é uma mostra eloqüente. Nela, já se prefigurava

Plano Colômbia é um crime contra os povos latino americanos".

O ato recebeu mensagem do Partido Comunista do Chile, que afirmou que se congratula de coincidir com movimento de impulsionar, decididamente, a luta contra o Plano Colômbia, "que não é mais que uma nova demonstração da ingerência e a intromissão do EUA nos assuntos internos dos países de seu 'quintal'".

Também o PC da Argentina enviou nota, afirmando: "Frente ao auge que vai tomando a resistência dos povos de nossa América mestiça às políticas colonialista y de vassalagem do imperialismo dos Estados Unidos, o Plano Colômbia pretende impor-nos novos sistemas de dominação. Ao mesmo tempo em que levantamos com orgulho a solidariedade para o povo irmão colombiano, destacamos a valente e justa luta que encaixam as FARC-EP".

O presidente do PT, José Dirceu, também enviou uma saudação e o ato contou com a presença dos deputados estaduais de São Paulo, Jamil Murad e Nivaldo Santana (ambos do PCdoB); e do recém eleito vice-prefeito de Aracajú, Edvaldo Nogueira (PCdoB).

uma eventual intervenção multinacional no conflito colombiano.

Concretamente, sob a máscara do combate ao narcotráfico e à "narcoguerrilha", buscavam:

a) Sondar a posição dos governantes da região sobre a formação de uma força armada multinacional que eventualmente – com apoio logístico norte-americano – invadiria a Colômbia.

b) Fortalecer as posições estratégicas das forças norte-americanas na região mediante a instalação de novas bases militares, pela troca de ajuda financeira aos países. Desse modo, conseguiram que o Equador lhes cedesse a ilha de Manta, a Holanda lhes permitisse utilizar o espaço aéreo de Aruba e Curaçao. O próprio general Wilhelm disse claramente que o cenário da guerra seria fundamentalmente a zona sul do Patumayo, fronteira com Equador. Para ele a base de Manta (Manabi) abandonada a Base Howard, no Panamá, comparando-a com a importância que teve a de Palme-

rola (Honduras) durante a guerra contra as guerrilhas da Nicarágua e de El Salvador.

Os riscos da extensão de um conflito armado para toda a região são evidentes. A Colômbia, um país de 1,2 milhões de Km², com três cordilheiras, faz fronteira com Panamá, Peru, Equador, Venezuela e Brasil em toda a região da selva amazônica (que possui, para eles, uma futura importância estratégica, dada sua riqueza fundamentalmente hídrica).

O Senado dos EUA já concedeu a Clinton uma primeira parcela de US\$ 1,3 bilhão – dentro de um custo total estimado de US\$ 7,5 bilhões – para o primeiro passo desse plano. Desmentindo o "fim social" do Plano Colômbia, 80% dessa primeira parcela destina-se à compra de apetrechos militares (helicópteros Blackhawk e Huey de última geração) e ao treinamento de novos batalhões antiguerrilha. A Colômbia passa a ser o terceiro país do mundo a ser ajudado militarmente pelos EUA, depois de Israel e Egito. Desse US\$ 1,3 bilhão, 47 milhões são para serviços de inteligência e vigilância no Equador. Este país receberia US\$ 81,3 milhões mas por haver cedido a ilha de Manta para a luta antidrogas e o beneficiamento dos radares do aeroporto Eloi Alfaro, de Quito, a Bolívia receberá uma ajuda de US\$ 110 milhões e Aruba e Curaçao US\$ 43,9.

A reunião de presidentes, em Brasília, foi precedida por uma visita de Madeleine Albright (secretária de Estado dos EUA) a Brasília, Buenos Aires, Santiago, Quito e Lima, com o propósito de que essa reunião desse respaldo, explicitamente, ao Plano Colômbia. Não podemos, também, deixar passar a visita de Clinton à Colômbia (Cartagena de Índias) para legitimar esse plano e intimidar as FARC. Finalmente, Pastrana conseguiu incluir esse item na pauta de discussão dessa reunião. A posição majoritária dos presidentes foi contrária ao plano, a favor das conversações de paz. Isso significou um revés para a diplomacia norte-americana e uma vitória para a guerrilha colombiana.

É importante assinalar as reações em nível internacional contra o Plano Colômbia. O Foro de São Paulo manifestou publicamente seu repúdio. Em apoio ao processo de conversação da paz na Colômbia, por unanimidade, o Grupo de Trabalho determinou que a sua próxima reunião, para março de 2001, será na zona desocupada de San Vicente de Caguán. Do mesmo modo, conclamou à formação de comitês de solidariedade para a paz em todos os países da região. O mesmo aconteceu com a CONAIE do Equador. O Diretor da Human Rights Watch, José Miguel Vivanco, afirmou o Plano Colômbia como uma verdadeira "bomba relógio" contra os Direitos Humanos. A Anistia Internacional também levou a termo uma energética condenação, convocando uma campanha internacional na qual fosse denunciado o paramilitarismo com uma estratégia de Estado.

*secretário de Relações Internacionais do PC do Uruguai

FORMAÇÃO

Os ideais da Revolução de Outubro continuam presentes

JOSÉ REINALDO CARVALHO*

Nos dias atuais, pode parecer estranho e anacrônico, na visão dos que professam o "pensamento único" neoliberal, crêem no "fim da História" e na vitória definitiva do capitalismo sobre o socialismo, que um grupo de pessoas se reúna para debater e comemorar a Revolução Russa na passagem do seu 83º aniversário. Por isso, saúdo o público presente, os militantes do PCdoB de Diadema, o Instituto Maurício Grabois e o Sindicato dos Servidores Municipais pela feliz iniciativa de realizar este evento.

Efetivamente, vivemos tempos cinzentos, em que muitos perderam as esperanças. Os anos 90 foram uma "década de chumbo" para a luta dos trabalhadores e dos povos por sua emancipação nacional e social. Mas nós, os comunistas, não perdemos a convicção de que é e será sempre importante comemorar a Revolução de Outubro, como reafirmação de nossa identidade, da vigência dos ideais que a inspiraram e da atualidade da luta pelo socialismo. Ao findar o século XX, que registrou grandes momentos para a história da humanidade, não temos dúvida em afirmar que celebramos aqui o seu maior acontecimento – o triunfo da primeira revolução socialista –, que mudou o curso dos acontecimentos em escala mundial.

Marco para a humanidade

Com a revolução socialista, pela primeira vez na história os trabalhadores conquistaram o poder político e abriram caminho à construção da nova sociedade. Foi uma proeza ainda mais extraordinária se consideramos as condições econômicas, sociais e políticas da Rússia de então, chamada por Lenin de "prisão dos povos" pelo caráter retrógrado do regime czarista autocrático, o estágio atrasado do desenvolvimento da sociedade e a opressão nacional exercida pelo império russo. O grande mérito dos bolcheviques liderados por Lenin foi terem interpretado as aspirações mais sentidas do povo russo, através de uma plataforma política e de bandeiras de luta mobilizadoras. A revolução tirou o país da guerra interimperialista, deu a terra aos camponeses e soergueu novas instituições políticas representativas de um novo tipo de democracia – os soviets (conselhos) de operários, camponeses e soldados.

A Revolução abriu uma nova época no desenvolvimento da sociedade russa e mundialmente inaugurou uma nova época histórica, a época da revolução socialista, da luta antiimperialista e de libertação nacional e social. Objetiva e subjetivamente, a Revolução Russa impulsionou o movimento revolucionário em todo o mundo, levando à criação dos partidos comunistas, inclusive no Brasil, em 1922. Refletiu-se na revolução na Alemanha em 1918 e em outras insurreições operárias na Europa.

Os ecos da Revolução Russa se fizeram ouvir na mobilização patriótica e democrática dos povos na luta antifascista durante a Segunda Grande Guerra, na qual o povo soviético imolou a vida de 20 milhões dos seus melhores filhos. Embora que em cenários nacionais e momentos históricos diversos, os ideais da revolução de Outubro estiveram presentes nas lutas que resultaram na criação das democracias populares em todo o Leste europeu, na Grande Revolução chinesa, na revolução cubana, na heróica Luta de Libertação Nacional do povo vietnamita. A influência da Revolução Russa se fez notar por todo o século XX.

A revolução não se firmou sem dificuldades na Rússia. Em 1918, o país foi invadido por exércitos estrangeiros que apoiavam os contra-revolucionários na luta para impedir a consolidação do novo regime. Somente em 1921 a Rússia se libertou dos invasores, num esforço que consumiu as energias de um povo já exangue e de uma economia combalida, caracterizada como "comunismo de guerra". Depois, iniciou-se um período de reconstrução nacional, quando foi formada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, escrita e aprovada a primeira Constituição socialista, a mais avançada Carta jamais conhecida na história da humanidade, que em muitos aspectos guarda impressionante atualidade. Faz parte desse período a NEP, "Nova Política Econômica", que também deixou importantes ensinamentos, muitas vezes ignorados em fases posteriores. Seguiram-se a coletivização e a industrialização, de condução controvertível, mas que marcaram a fase em que houve um vertiginoso crescimento econômico e uma jamais vista e talvez irrepelível mobilização de massas trabalhadoras num esforço construtivo que resultou na criação das bases econômicas e mate-



Lenin fala aos deputados bolcheviques em maio de 1917

riais que fizeram da União Soviética uma potência econômica e militar e uma sociedade científica e culturalmente avançada. Em duas décadas a União Soviética transformou em passado remoto a fome, a opressão, a ignorância e o analfabetismo. A revolução e o socialismo foram o renascimento da Rússia! E abriram uma época de esperanças para a humanidade!

A construção do socialismo na URSS foi uma história gloriosa, em que os povos daquele grande país multinacional realizou inigualáveis façanhas. Por muito mais tempo no futuro, os povos do mundo, sem cair na tentação do dogmatismo e da cópia de modelos, terão nessa majestosa experiência uma fonte de inspiração, pois o ideal do socialismo que ela encarnou não desaparecerá. Mas a

construção do socialismo foi marcada também por graves erros que resultaram na própria negação daquele mesmo ideal.

Quando ocorre, a revolução é, pela própria natureza, radical, muitas vezes cruenta. O poder político dela decorrente tem por tarefa precípua aplacar a resistência das classes derrocadas. Mas o novo poder político não pode ser indefinidamente um poder de exceção. Há que se empenhar na construção de instituições políticas que representem a democracia de massas e sejam capazes de mediar conflitos políticos e ideológicos. Quanto à construção econômica do socialismo, à criação das novas relações de produção e à formação cultural baseada num humanismo elevado, trata-se de tarefa

que a história comprovou ser de mais longa duração do que previa a vanguarda que protagonizou a Revolução. Os novos problemas surgidos no curso da construção da nova sociedade não encontravam soluções à luz de uma leitura esquemática de antigos textos clássicos. A teoria estancou. O Partido foi pouco a pouco se tornando incapaz de colocar-se à altura dos desafios.

Além das vicissitudes acarretadas pelos erros da direção soviética, a construção do socialismo foi truncada pelo advento do revisionismo contemporâneo, a partir da usurpação do poder pelo grupo oportunista de Krushev. E definitivamente derrotada, trinta anos depois, pela perestroika-glasnost do traidor-mor e liquidacionista Mikhail Gorbachev.

Em que pesem as derrotas, a necessidade do socialismo continua cada vez mais na ordem do dia. O capitalismo, em crise sistêmica, revelou-se incapaz de dar solução aos graves problemas que assolam a humanidade, que não suportará marchar indefinidamente para a barbárie e a destruição. Vivemos uma fase de retomada das lutas, de acumulação de forças, de conscientização das massas, de construção partidária, de preparação, enfim, de um novo ciclo transformador. Nas batalhas decisivas, sem sombra de dúvida, os ideais da Revolução de Outubro estarão presentes.

**Viva a Revolução!
Viva o Socialismo!**

Livro de documentos do PC do Brasil é lançado em São Paulo



No último dia 10 de novembro foi lançado em São Paulo, no IMG, o livro *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro*. O evento reuniu mais de 300 pessoas, dentre personalidades como os historiadores Edgard Carone e Paula Beiguelman, diversos dirigentes nacionais do Partido, a exemplo do deputado federal Aldo Arantes e muitos militantes juvenis e estudantis, sindicais, populares, mulheres. Além de um coquetel, os presentes acompanharam uma apresentação do livro feita pelo presidente do Partido, João Amazonas (leia na última página).

O livro *Em defesa dos trabalhadores e do povo bra-*

sileiro: documentos do PC do Brasil – de 1960 a 2000 é um lançamento da Editora Anita Garibaldi e reúne 25 textos da história recente de nosso Partido.

Os textos registram a continuidade da tradição revolucionária iniciada em 1922 e reafirmada em 1962.

Pedidos para Editora e Livraria Anita (R\$ 35,00 o exemplar)

R. Monsenhor Passalacqua, 158 CEP 01323-010 São Paulo – SP

Telefone: (11) 289-1331 Correio eletrônico:

livraria@anitagaribaldi.com.br

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

* secretário de Relações Internacionais do PCdoB. Trechos de intervenção no debate comemorativo do aniversário da Revolução de Outubro, promovido pelo Instituto Maurício Grabois, no Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema-SP

"O autor deste livro é o PCdoB"

JOÃO AMAZONAS*

O lançamento do livro *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro* tem um enorme significado: é uma contribuição importante à história do nosso Partido. Em nosso meio, num passado nem tão distante, predominou lamentavelmente uma tendência de se discutir e aprovar um documento para depois colocá-lo na gaveta – e sequer se lembrar dele. Há pouco tempo um partido de renome internacional formulou a seguinte questão: nos interessa saber como é que vocês, do Partido Comunista do Brasil – com foice e martelo, e defendendo o marxismo-leninismo –, enfrentaram essa tempestade tremenda que abalou o mundo comunista e sacudiu os partidos por toda parte, e ainda se transformaram no maior partido comunista da América Latina? A resposta a essa questão está, justamente, expressa neste livro, que traduz a trajetória que o Partido empreendeu desde 1960 até aqui.

Nosso Partido tem quase 80 anos. Fundado em 25 de março de 1922, está em permanente formação e luta para se colocar à altura das exigências das situações que se apresentam. As questões teóricas e ideológicas jogam papel essencial. O Partido enfrentou inimigos poderosos, que se julgavam imbatíveis. Enfrentou, internamente, a figura de Luís Carlos Prestes – um dirigente que tinha grande respaldo popular e influência política. Enfrentou também, no plano internacional, o secretário geral do Partido Comunista da União Soviética, Nikita Krushev – o chefe do movimento revisionista e da maior potência socialista na época, a URSS, que atacou violentamente as posições tomadas por nós. Adiante, quando menos se esperava, apareceu na China uma tese esquista, a teoria dos Três Mundos, e tivemos também de enfrentar essa questão. Criticamos tal teoria, caracterizando-a como uma tese falsa que não respondia à realidade do movimento revolucionário. Assim, este livro de documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000 procura traduzir e dar os elementos indispensáveis para se compreender que caminhos este Partido percorreu para defender os princípios e se manter revolucionário até hoje.

Podemos perguntar: quem é o autor deste livro? O autor do livro é o Partido Comunista do Brasil – ele não tem autoria pessoal, seu autor é todo o coletivo partidário. O livro traz os documentos principais e mostra como o Partido enfrentou as grandes questões, que soluções deu aos problemas e a correção e o avanço que isso representou.

Os documentos e seus contextos

Em 1957, na URSS, quando Krushev praticamente deu um golpe no socialismo e se apossou da direção do Partido, se configurou uma situação muito difícil para todos os partidos comunistas do mundo – e também para o nosso. Nesse momento começou a luta no Brasil: o Comitê Central realizou reuniões com grandes debates, porém vazios de conteúdo e com acusações mútuas. Apareceram tendências violentas contra os princípios revolucionários. O Partido foi enfrentando tudo isso até que, em 1958, Prestes resolveu

mudar de posição, assumiu pessoalmente a direção e decidiu mudar os rumos do Partido. Assim foi aprovada a "Resolução de Março de 1958", que assinalou o abandono das posições revolucionárias e o engajamento mais uma vez à política do PCUS – então dirigido por Krushev. A luta continuou se desenvolvendo e em 1960, quando se realiza o V Congresso do Partido, a polêmica estava aberta, como o demonstra o documento que inicia este livro. Duas concepções, duas orientações políticas, distinguindo claramente o que não era um problema de erro secundário: na realidade eram duas posições e duas orientações distintas que estavam em jogo. Começou ali a nossa defesa do Partido revolucionário contra as tendências revisionistas que se acentuavam.

Depois de realizado o V Congresso, em que houve grande debate, o Partido enveredou por uma posição de abandono dos princípios revolucionários – adotou até mesmo o caminho de mudar de nome para conseguir a pretensa legalidade. Deixava de ser o partido revolucionário, passava a ser um partido de conteúdo social-democrata. Foi então que um punhado de revolucionários se ergueu no Partido Comunista contra essa posição. E aqui, o livro de documentos mostra a chamada Carta dos 100 e a habilidade com que foram tratados os problemas naquele momento. Alguns disseram: "vocês são uma facção que organizou outro partido". Não! Nós não organizamos outro partido. Tratamos de defender o velho Partido da classe operária e a dar continuidade aos seus princípios revolucionários. A Carta dos 100 procurava demonstrar que aquele caminho estava errado, que era preciso defender as posições do Congresso do Partido e que eram inaceitáveis a mudança de programa e a mudança de objetivos partidários.

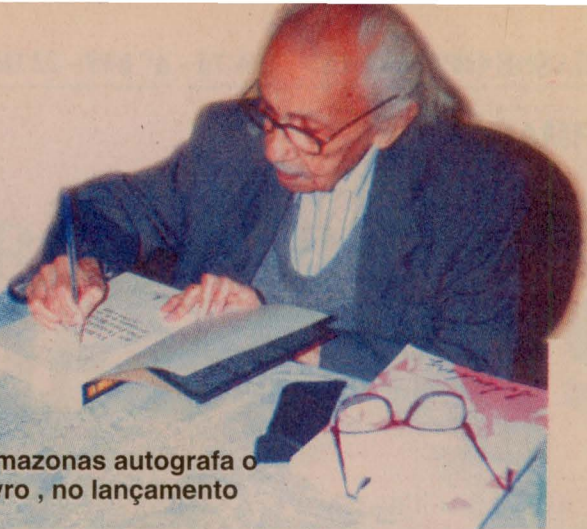
Depois se seguiram as medidas violentas que botaram para fora aqueles que discordavam dessa transformação oportunista operada no Partido. Aí se expressou a firmeza que nos levou, em fevereiro de 1962, a convocar uma Conferência Extraordinária e reorganizar o Partido Comunista do Brasil.

Adiante veio o golpe militar de 1964. Prestes esteve em São Paulo e fez uma intervenção pública condenando o golpe e dizendo que ele não tinha força e não poderia durar muito, que a tendência seria o avanço da democracia. Nós, reorganizando o Partido, dizíamos o contrário: a ditadura que se implantava no Brasil não era passageira, vinha para durar muito tempo; e nós devemos chamar o povo para se preparar para uma longa resistência contra essa ditadura militar. Estava claro o confronto entre as posições oportunistas que seguiam o chamado "Partidão" e a nossa, bem distinta. A vida demonstrou que tínhamos razão.

Nesse meio tempo, Krushev deu uma entrevista internacional e atacou nominalmente João Amazonas e Maurício Grabois, chamando-nos de traidores e oportunistas para ajudar os que o haviam seguido no Brasil e condenar os verdadeiros revolucionários. No livro está o documento Resposta a Krushev, que mostra existir na ocasião muito espírito de luta: não tivemos dúvida em demonstrar que Krushev tomava uma posição de traição e que esse não era o caminho do povo brasileiro. Sustentamos, assim, nos-



Amazonas autografa o livro, no lançamento



sas posições, corajosamente.

Prosseguimos e realizamos a VI Conferência Nacional do Partido, que teve enorme importância e traçou uma orientação para a luta contra a ditadura, a defesa do país, do Partido e do socialismo. Assim, este livro vai refletindo todos esses momentos que atravessamos.

O Partido apresentou saídas para a situação revolucionária que se configurava diante da ferocidade do regime militar. Aquele golpe militar, que Prestes afirmara não ter possibilidade de subsistir no Brasil, se transformou em uma ditadura sanguinária e feroz, que assassinava todos os revolucionários e que durou 21 anos. Mesmo pequenos, sentimos a necessidade de enfrentar a situação, de reagir para defender o Partido e defender os próprios militantes. Assim, o Partido foi para o Araguaia com objetivos muito claros. No livro reproduzimos documento muito importante, União pela liberdade e pelos direitos do povo – um documento programático que a Guerrilha no Araguaia apresentou para a luta do povo no interior. Não foi uma luta aventureira, e sim uma luta que se fundamentava nas necessidades do povo, nas dificuldades atravessadas pela população local, e apresentava os pontos de soluções para a saída popular e revolucionária naquela área.

Nosso Partido foi o que mais sofreu com a repressão nesse período. Mais de uma centena de nossos quadros políticos foram assassinados. A ditadura matou, como no caso da Lapa, em que um traidor denunciou uma reunião do Comitê Central, dirigentes importantes do Partido, como ngelo Arroyo, Pedro Pomar e João Baptista Drummond.

Constatamos que a ditadura militar não tinha mais condições de sobrevivência e passamos a organizar a luta pelo seu fim. Nosso Partido foi um dos expoentes da campanha das Diretas Já e os documentos do livro mostram isso. A ditadura começou a se fragmentar e convocou o Colégio Eleitoral com objetivo de perpetuar-se, tentando eleger Paulo Maluf. O Partido, novamente, não teve dúvidas em fazer entendimentos políticos e convencer o então governador Tancredo Neves a ser candidato à Presidência da República para enfrentar os militares em seu próprio campo. Vencemos as resistências a essa solução e conseguimos liquidar com a ditadura e abrir caminhos novos, que nos levaram à legalidade e a conquistas importantes – como a convocação da Assembléia Constituinte.

Este livro é, assim, parte da trajetória de experiências do Partido, baseado nos princípios revolucionários e sem perder de vista que no mundo se desenvolve uma luta de classe dos capitalistas contra o proletariado e as massas populares, e que da vitória do proletariado deve surgir um novo sistema revolucionário – o socialismo. O partido só é comunista quando é fiel a esse objetivo. Nós continuamos lutando pelo socialismo. Podemos usar os processos poli-

ticos mais distintos, dependendo de cada época. A luta pelo socialismo não tem uma única via. O Partido Comunista tem de saber interpretar a realidade em cada momento, ganhar espaço, educar a população e organizar o povo até que se abram o caminho e as condições para a vitória do socialismo em nosso país. Nosso Partido não é socialista só de nome, ele luta pelo socialismo como objetivo fundamental.

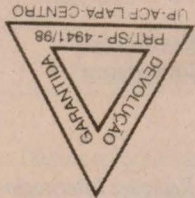
Vencendo as dificuldades teóricas e políticas, chegamos a propor um Programa Socialista para o país. Elaborado em 1995, é o primeiro programa verdadeiramente revolucionário e socialista que o nosso Partido conseguiu publicar. Tínhamos lançado um programa no IV Congresso em 1954, que teve divulgação internacional. Mas ele continha soluções falsas e erros na parte tática – criticava violentamente Getúlio Vargas, que por sua vez estava sendo atacado por setores imperialistas e militares.

Queremos deixar registrado que este livro é uma contribuição à história do Partido Comunista do Brasil. Ele explica como nós vencemos as dificuldades, quais as deficiências apresentadas, como fomos capazes de vencer os esquematismos políticos para chegar onde estamos. A leitura desse livro reforça a posição militante, ajuda nosso Partido a apreender e aprofundar seu conhecimento, pois em cada época se apresentam problemas de naturezas distintas na luta de classes.

Hoje vivemos uma "nova velha época", em que o capitalismo se transformou no inimigo que não cede nada, cada vez mais monopolista e arbitrário, cada vez mais inimigo mortal dos trabalhadores e do povo. Por isso este livro tem tanta importância. Ele demonstra a trajetória deste Partido valente, e a luta atual para que ele seja a cara de nosso povo e represente os sentimentos de nossas massas populares. Um Partido que não seja sozinho o arauto das grandes idéias, mas capaz de lutar para unir as amplas forças e se aliar a amplos setores, porque a conquista do socialismo não será obra de um partido pequeno nem de forças insignificantes – precisamos da grande unidade das massas populares.

Este livro ajuda a compreender que o problema da formação de um partido revolucionário não é mera questão de importação ou dependência de um partido de fora. Não! Nós é que temos de assimilar cada vez mais a teoria revolucionária, a filosofia marxista-leninista, as grandes idéias de Marx, Engels e Lenin e dos grandes revolucionários de nossa época. Na luta para formar no dia-a-dia um verdadeiro partido revolucionário, capaz de forjar na nossa sociedade um novo sistema, um sistema socialista – o ideal dos trabalhadores e da humanidade.

* presidente do PCdoB, pronunciamento realizado no dia 10 de novembro de 2000, no lançamento do livro *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro*, promovido pelo Instituto Maurício Grabois em São Paulo



IMPRESSO

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

CEP 01318-020 - São Paulo - SP
Tel: (011) 3104-4140

A CLASSE OPERÁRIA